

32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARLENE DA SILVA PACHECO**, inscrito(a) no CPF sob nº **023.112.448-17**, **AUTORIZO** o pagamento a **ANDERSON DE CAMPOS PACHECO**, inscrito(a) no CPF nº **125.953.958-07**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)**, nos termos da procuração em SEI nº 103223927, onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103259832](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0003474-0

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **RODRIGO ABE CASTRO FERREIRA**, inscrito(a) no CPF sob nº **212.487.368-77**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103263270](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0003625-4

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **SIMONE DOS SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob nº **282.885.958-47**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103260968](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0003452-9

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **MARIA DA CRUZ PEREIRA DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob nº **306.687.513-04**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

Documento: [103264764](#) | **Despacho Autorizatório**

PROCESSO Nº 6013.2024/0003473-1

I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no art. 125 da Lei Municipal nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 17.457/2020, no art. 8º do Decreto nº 63.124/2024, no exercício da competência delegada pelo art.2º, item V, da Portaria SEGES nº 32/2022, **DEFIRO** o pagamento de auxílio funeral a **LEDA MARIA ANDRADE TERESO BONTEMPO**, inscrito(a) no CPF sob nº **812.723.168-15**, no valor de **RS 4.854,83 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)** onerando a dotação orçamentária nº 28.13.11.331.3004.6826.3.3.90.08.00.00.

II - Publique-se

III - A seguir encaminhe-se à SEGES/CAF/DOF-FUN para emissão de Nota de Reserva/Empenho/Liquidação/Pagamento.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS

Documento: [103459453](#) | **Despacho**

PROCESSO: 6013.2023/0005009-3

INTERESSADA: SEGES/COBES

ASSUNTO: Abertura de licitação para registro de preços de prestação de serviços continuados de outsourcing para almoxarifado virtual.

DESPACHO

I - Em face da delegação prevista no artigo 3º, inciso I, alínea "b", da Portaria nº 32/SEGES/2022, e tendo em vista que o agente de contratação designado em doc. [102598671](#) está designado como pregoeiro no certame do processo [6013.2023/0007343-3](#) que foi reagentado para a mesma data e horário desta licitação, **DESIGNO** a agente de contratação, Senhora Sandra Santana Sales - RF nº 748.157,8, a qual irá exercer a função de pregoeiro e indicar sua equipe de apoio.

II - **MANTENHO**, os servidores anteriormente designados, para fazerem parte da Comissão de Avaliação da prova de conceito - POC.

III - Publiquem-se os itens I e II.

Após, remetam-se os autos à SEGES/COBES/CPL-2 para as medidas em prosseguimento.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 1

Documento: [103440057](#) | **Aviso de Licitação**

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Torna-se público a abertura do Pregão Eletrônico 90004/2024-COBES, Processo Administrativo SEI nº 6013.2023/0007343-3, Objeto Prestação de Serviços de Impressão Corporativa por Meio de Outsourcing, a partir de impressoras, multifuncionais e scanner a serem contratados por lote único, incluindo instalação, suporte técnico e manutenção on-site (incluindo peças), além do fornecimento de insumos (...).

A abertura será procedida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL-/COBES, constituída pela Portaria nº 58/SEGES/2023, indicando para tanto a agente de contratação a Sr. Jose Eudes Alves Silva - RF: 750.882-4, para atuar como Pregoeiro, no dia 17 / 05 / 2024 às 10:30 horas.

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos através da Internet pelos sites: <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br>. PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO 3

Documento: [103477963](#) | **Aviso de Licitação**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico nº 90005/2024-COBES - Processo Administrativo SEI nº 6013.2023/0001719-3, Objeto: Registro de Preços para aquisição de álcool gel e dispenser para refil, conforme especificações constantes no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

A abertura será procedida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL-/COBES, constituída pela Portaria nº 58/SEGES/2023, indicando para tanto a servidora Patrícia Campos de Araujo, RF. 634.089/0, para atuar como Pregoeira, no dia 28/05/2024 às 09:30 horas.

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos através da Internet pelos sites: <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br> PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONCURSOS E ESTÁGIOS

Documento: [103461780](#) | **Comunicado**

COMUNICADO SEGES/COCGEP/DPGC/DGCE 103461780

COMUNICADO 04/CSE/24

A Coordenação Setorial de Estágios da Secretaria Municipal de Gestão divulga, conforme Art. 23 -VII do Decreto 56.760/2016, a relação dos estagiários CONTRATADOS e ADITIVOS no mês de Abril/2024.

Nome	RG	Período de Estágio	Instituição de Ensino	Curso	Data do Aditamento
AMANDA DE SOUSA FERREIRA	219160953-8	01/04/24 a 31/03/25	SECID	ARQUITETURA E URBANISMO	
CARLO SANTO GUILGUER CASTIGLIONE	38349742-5	03/04/24 a 30/07/24	USP-EACH	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	03/04/24 a 30/07/24
CAROLINA CARVALHO SENADASE	55274492-X	01/04/24 a 31/03/25	USP-ECA	JORNALISMO	
GABRIEL HENRIQUE BRANDÃO DE MOURA	52108495-7	01/04/24 a 31/03/25	FIAP	ANÁLISE E DESENHO DE SISTEMAS	
ISABELA LIMA FASSINA	55869194-8	15/04/24 a 14/04/25	USP-EACH	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
JENIFFER CAROLINE ALBA	49376568-2	20/04/24 a 19/04/25	UNIVESP	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	20/04/24 a 19/04/25
LILIANE CRISTINA DE SOUZA	43830027-0	17/04/24 a 14/12/24	UNIVERSIDADE PITÁGORAS	EAD - ADMINISTRAÇÃO	17/04/24 a 14/12/24

MATEUS FELIPE ALMEIDA PINTO	39854958-8	01/04/24 a 31/03/25	USP-FFLCH	CIÊNCIAS SOCIAIS	
MILENA LIMA DE SOUZA	56703862-2	11/04/24 a 10/04/25	UNINOVE	TEC. EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	
VINÍCIUS GUZARREIRA	52725863-5	15/04/24 a 31/12/24	EGV	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
VÍTOR ANDRADE PEROBELLI	50360358-2	10/04/24 a 09/04/25	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	CIÊNCIAS E HUMANIDADES	10/04/24 a 09/04/25

Relação dos estagiários DESLIGADOS no mês de Abril/2024.

Nome	RG	Período de Estágio	Instituição de Ensino	Curso	Data do desligamento
CARLA WNE MOURA SILVA	56213767-1	18/09/23 a 29/04/24	ANHEMBI MORUMBI	DIREITO	29/04/24
EDUARDO GONCALVES MARQUES SILVA	53655276-9	02/04/24 a 01/04/24	USP-FFLCH	HISTÓRIA	01/04/24
LUCAS LEE COUTINHO	55688101-1	18/03/24 a 07/04/24	UNIB	DIREITO	07/04/24

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTROLE DE PREÇOS DE MATERIAIS

Documento: [103442892](#) | **Resolução**

Deliberação nº 01/24

Processo Eletrônico nº 6016.2024/0016084-9 - Termo de Contrato nº 08/SME/CODAE/2024. Detentora: HORTO CENTRAL MARATAIZES LTDA, inscrita sob CNPJ nº 39.818.737/0001-51. Objeto: Aquisição de 150.000 (cento e cinquenta mil) quilos de ARROZ PARBOILIZADO POLIDO LONGO FINO TIPO 1, destinado ao abastecimento das Unidades Educacionais vinculadas aos sistemas de gestão direta e mista do Programa de Alimentação Escolar (PAE) do Município de São Paulo. Lote 2 (100%). Por todo exposto no Processo, especialmente no Relatório de Análise COMPREM, a Comissão Municipal de Controle de Preços de Materiais - COMPREM deliberou INDEFERIR o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, posto o NÃO atendimento aos requisitos estabelecidos no § 1º do Art. 5º Decreto Municipal nº 49.286, de 6 de março de 2008, não conseguindo demonstrar, de maneira clara, que houve o desequilíbrio econômico-financeiro, no período referente ao contrato TC nº 08/SME/CODAE/2024.

Secretaria Municipal de Habitação

CHEFIA DE GABINETE

Documento: [103427342](#) | **Despacho**

PROCESSO Nº 6013.2024/0002407-8

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Gestão - SEGES.

ASSUNTO: Elaboração dos Planos de Contratações Anuais - PCA das unidades da Prefeitura de São Paulo para o exercício de 2025.

I. À vista dos elementos constantes do presente, considerando o disposto Decreto Municipal nº 62.100/2022, no § 2º do artigo 15 da Instrução Normativa nº 08/SEGES/2023, no Ofício nº 005/SEGES/COBES/2024 e nas manifestações técnicas da Divisão de Gestão de Contratos ([103380524](#)) e do Departamento de Administração e Finanças ([103388241](#)), que adoto como razão de decidir, **OPTO** e **DECIDO** pela não elaboração do Plano de Contratações Anuais (PCA) neste ano com vigência no exercício de 2025, verificando a possibilidade para a elaboração em 2026.

II. PUBLIQUE-SE.

III. Após, encaminhe-se à SEGES/COBES.

CMH/CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Documento: [103462849](#) | **Ata de Reunião**

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 8ª Gestão

Data da Reunião: 22 de fevereiro de 2024

Local: Rua Libero Badaró nº 504 - 15º andar - Sala 154 - Centro - São Paulo

Aos vinte dois dias do mês de fevereiro do ano 2024, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, 15º andar, sala 154, Rua Libero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação - 8ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes:** Sidney Nery (SEHAB) Nilson Edson Leônidas (COHAB) Maitara dos Santos Dias (SMUL) Luciana Bertolini Bezerra (SMUL) Glacy Maria Antonia Gonçalves (SEHAB) Mônica Terezinha Bartie Rossi (CDHU) Cyntia Fugui de Oliveira (SEHAB) Cristina Pimenta Nunes (COHAB) Tatiana Robles Seferjan (SEGES) Wilson Cabral da Silva (SF) Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo) David Prando Cotta (CEF) Mksuel José da Costa (MSTI) Aguinaldo da Silva França (ANESF) Nair Francisca Delatin (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia) Orlândina Rodrigues Matias

(Associação de Mulheres Santa Terezinha) Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire) Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste) Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) Sheila Cristiane Santos Nobre (MOHAS) Jomarina Abreu Pires da Fonseca (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social) Carlos Antônio Mattos (Associação Comunitária Fazenda do Carmo) Wellington Adriano da Silva (ANESP) Vanilde Aquino dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha) José Tadeu Pedrosa (Centro Educacional Instituto Freire) Eugênio Tadeu Bernardes (CIPROMP-SP) Fredson Almeida Lima (AHD) Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá) André Delfino da Silva (MDF) Vani Poletti (MOHAS) Eliete Calisto da Cruz (CPIS) Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado) Sheila Costa Marcolino (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP) Adriano de Assis Lateri (Força Sindical - SP) Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia de São Paulo) Nelson Saule Junior (OAB-SP) Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU) Josileide Neri de Oliveira (SINTRACONSP) Renato Abramovick Santos (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) Josélia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste) Noemi Yumi Rodriguez (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado) Carlos Augusto dos Santos (Força Sindical - SP) **Convidados (as) presentes:** Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMMH) Mônica Hasseim Nasser (SEHAB/SECMMH) Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST) Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE) Tiago Dias (SEHAB/GABINETE) Rafaela do Nascimento (SEHAB/IMPrensa) Marcel de Oliveira (SEHAB/IMPrensa) Armando Lopes Leal Junior / Manduca (SEHAB/Mediação Conflitos) Angelo Salvador Filardo Jr. (SEHAB/CFT) Juliana Gomes Petrollelli (SEHAB/DEPLAN) Denise Vitória B. M. dos Santos (SEHAB/DTS) Luis Henrique Terenço (COHAB/SP) Sandra do Carmo Carvalho (SEHAB/AT) Ingrid Nayanane da Silveira (SEHAB/DEPLAN) Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia) Entre outros **conselheiros (as) ausentes:** Milton Vieira Pinto (SEHAB) João Cury Neto (COHAB) Silvio Eugênio de Lima (SEHAB) Edson Ortega Marques (COHAB) Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES) Sidneia Maria Correia Leite (SIURB) Fabiula Varanda Correia Leite (SF) Bruna Eloisa Jarossi Xavier Cruz (SMADS) Rodrigo Mendes Romão (CEF) Gilberto Barbosa dos Santos (SEHAB) Giulia Pereira Patitucci (SGM) Cristiane Figueiredo Afonso Marques (SMUL) Sibebe de Fátima Moraes Silva Delanizeze (SMUL) Sueli de Paula Santos (SMADS) Daniel dos Santos Barbieri (CDHU) Luiz Fernando de Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo) Maurício Domingues de Sousa (Associação Comunitária Fazenda do Carmo) Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) Fábio Monteiro de Lima (Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1) Osmar Silva Borges (CPIS) Romaine Catrine Mouniz da Silva (MSTT) Alexandro Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde) Sandra Febroni Leite (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste) Welita Alves Caetano Ribeiro (INCLUSA - Associação em Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão Social) Alvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC) Geni da Fonseca Monteiro (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste) Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP) Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) Edson Ramos (UGT-SP) Ana Luiza Patriota Costa Crevelaro (APEMEC) Rayssa Cortez (CAU-SP) Tales Fontana Siqueira Cunha (FAU-USP) Ana Gabriela Akaiishi (IAB-SP) Fernando Guilherme Bruno Filho Adelmo Bassi Júnior (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais) Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo) Sueli Ramos de Lira (SINTRACONSP) Jeruse de Avila Gorziza (UGT-SP) **conselheiros justificaram ausência:** Simone de Castro Melo (CIPROMP-SP) Fernando Antônio dos Santos Junior (ULCM) Aristeu Zensaburo Nakamura (Instituto de Engenharia de São Paulo) Adria Giaccheri (SIURB) Heleny Oliveira da Silva (Associação Comunitária e Beneficente do Jardim Santa Adélia) Mauro Marcondes Pincherle (SECOVI-SP) Celso Aparecido Sampaio (Universidade Presbiteriana Mackenzie) Ceci Soares Krabenbutli Piccini (SECOVI-SP) Débora Sanches (Universidade Presbiteriana Mackenzie) **Pauta da Reunião: Item 1-** Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do CMH de 27/11/2023. **Item 2 -** Solicitação de Voto CMH nº 11/2023 - Criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento de monitoramento dos prédios no centro de São Paulo. **Item 3-** Solicitação de Voto CMH nº 12/2023 - Criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento do Novo Edifício Wilton Paes de Almeida (WPA). **Item 4 -** Informes Censo de Cortiços (DEPLAN-SEHAB). **Item 5-** Informes do Residencial Parque do Gato e Olárias - (COHAB/SP). **Item 6 -** Outros Assuntos. **Início Reunião:** Sr. Sidney cumprimentou, havendo quórum deu início à reunião. **Item 1-** Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do CMH de 27/11/2023, que foi aprovada por unanimidade. Sr. Sidney: Passamos aqui agora a apreciar o item 2 da pauta, trata da solicitação de voto do Conselho Municipal de Habitação nº 11/2023, que trata da criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento e monitoramento dos prédios do centro. Então, na nossa última reunião, dentro do que foi combinado com os conselheiros presentes, nós recebemos inclusive os e-mails desses conselheiros se habitando para que fizesse parte de Grupo de Trabalho. Então, nesses termos consta aqui na nossa Resolução para que isso seja realmente ratificado pelos senhores a aprovação. Então, todos receberam previamente. Nesses termos, se vocês

estiverem de acordo com esse voto e com essa solicitação, eu passo mencionar apenas os membros que vão participar desses GTs. Então, primeiro vamos fazer a aprovação, assim que todos estiverem de acordo pela aprovação, vamos sair daqui já com a data marcada para a primeira reunião desse Grupo de Trabalho. Então passo a nominatar todas as pessoas que compõem esse Grupo de Trabalho, que vai tratar dos prédios do centro: **Movimentos populares:** Eugênio Tadeu Bernardes, Sheila Cristiane Santos Nobre, Osmar Silva Borges e Carlos Antônio Matos. **Sociedade civil:** Geni da Fonseca Monteiro, Nelson Saule Júnior, Renato Abramovick Santos, Samira Rodrigues de Araújo Batista, Nunes Lopes dos Reis, Josélia Martins Pereira e Renato de Jesus Santos. **Poder Público:** Armando Lopes Leal Junior. Então, nesses termos, a nossa solicitação de voto pela aprovação desse Grupo de Trabalho, que vai pautar nos prédios do centro. Então, coloco essa pauta para aprovação dos senhores. Aqueles que estão de acordo, permaneçam sem levantar a mão. Temos aqui uma aprovação unânime. Então, está aprovado nesse ato a criação desse criação desse Grupo de Trabalho. Agora, foi lembrado aqui, que também já deveríamos também propor aqui, já que estamos nesse tema, propor já a data da primeira reunião inaugural dos trabalhos. Então, aí eu submeto a vocês aí, vocês têm alguma agenda para colocar, alguma sugestão? **Sra. Mônica:** O Manduca, que é o coordenador da área de mediação de conflitos, também poderia participar, propondo uma data. **Sr. Sidney:** Eu vou só fazer uma gentileza aqui, vou chamar aqui o Nilson para compor a mesa, porque o João Cury não está aqui, da COHAB. Componha a mesa aqui comigo, Nilson, por gentileza. Então, Manduca, nesses termos aqui, você tem alguma sugestão de data? **Sr. Manduca:** Como são várias pessoas, monto minha agenda em cima da data que propuserem. **Sr. Sidney:** Então, os conselheiros podem depois proverem aí alguma ideia de data e avançarmos e depois vocês darem a sugestão para o Manduca? Podemos tocar desse jeito? Pode ser, pessoal? Tudo bem? **Sra. Vera:** Formalizarem no e-mail. **Sr. Manduca:** O importante seria mandar mais que uma data, aí por votação de todos. **Sr. Sidney:** Sugerem três datas, e ajuste com o Manduca, nós temos essa flexibilidade. Bom, então, passamos aqui a apreciar o Item 3 da pauta, coloca aí, por gentileza, na tela. O Item 3 da pauta é uma solicitação de voto do CMH também, sobre o nº 12/2023, que trata da criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento do novo Edifício Wilton Paes de Almeida - WPA. Então, nesses termos, eu gostaria de colocar aí também o pedido de voto para essa solicitação, essa resolução. E aí também, se todos já tiveram acesso a esse documento, também eu gostaria, da mesma forma que o anterior, citar nominalmente as pessoas que vão participar do grupo. Então, nesses termos, eu tomo a liberdade aqui de fazer a leitura dos nomes, dos componentes do Grupo de Trabalho da Resolução de Voto nº 12/2024, sobre o WPA. Representando aqui os **movimentos populares** nos termos: Luiz Fernando de Pontes, Miguel Gomes Lima, Osmar Silva Borges, Paulina Maria da Silva, Jomarina Abreu Pires da Fonseca e Welita Alves Caetano Ribeiro. Pela **sociedade civil** nos termos: Geni de Fonseca Monteiro, Nunes Lopes dos Reis e Renato Abramovick Santos. Pelo **poder público** nos termos: Giulia Pereira Patitucci, Tatiana Robles Seferjan, William Hege Itokaso e Angelo Salvador Filardo Júnior. Então, nesses termos, são as pessoas que irão participar do Grupo de Trabalho. Feita a leitura, eu passo à deliberação do voto com os senhores. Nos mesmos termos daqueles que estão de acordo pela criação do GT Edifício Wilton Paes de Almeida, permaneçam como estão, com a mão abaixada, aqueles que levantarem a mão, nós vamos entender que estão opondo o voto. Então, nesses termos, eu passo à deliberação do voto. Srs. conselheiros, do jeito que estão, permaneçam com a mão abaixada para aprovação na íntegra, da Resolução nº 12/2024, que trata do GT Edifício Wilton Paes de Almeida. Visualmente aqui temos a aprovação por unanimidade. Todos concordam? Então, nesses termos, também ratifico, para ficar constando em ata, a aprovação nesse exato momento, às 14h34min, para a Resolução nº 12/2024, que trata do GT Edifício Wilton Paes de Almeida. Então, nos mesmos termos, quando vai ser a nossa próxima reunião, a primeira reunião inaugural do GT? Aí os conselheiros sugerem três datas, passam aqui quem vai ser coordenador desse GT. **Sra. Mª Helena:** É na primeira reunião que se delibera quem vai ser coordenador. **Sr. Sidney:** Então, pelo regimento, na próxima reunião será deliberado quem será o coordenador de Grupo de Trabalho, e a agenda também. Está certo. Perfeito, então. Nesses termos, então, declarado aí o voto com aprovação unânime do GT Edifício Wilton Paes de Almeida. É mais uma conquista deste Conselho. Então, parabéns a todos os senhores, porque realmente a sociedade está aqui unida, em prol que busquem solução para o município como um todo. Passamos à apreciação aqui, vai ser feita uma apresentação sobre os informes do Censo de cortiços, levantamentos feitos pela Secretaria Municipal de Habitação. Então, nesses termos, eu gostaria de convidar a equipe aqui do DEPLAN, que se faz presente, para que possamos fazer a apresentação aos conselheiros do CMH, sobre o censo dos cortiços, essa é a pauta. Quem está presente aqui do DEPLAN? **Sr. Marco Aurélio:** Boa tarde. Meu nome é Marco Aurélio, eu sou servidor aqui da Secretaria de Habitação, Departamento de Planejamento Habitacional. Eu vou apresentar para vocês o resultado do Censo de Cortiços da região central, que foi realizado em 2022. Eventualmente, na minha apresentação posso ser complementado pelo meu colega Tiago Rigueira, que também é do departamento, e a diretora, a Juliana Petraroli. Então, vamos lá. Esse é uma breve estrutura da apresentação de hoje. Vamos começar com histórico de pesquisas anteriores já realizadas em cortiços, mais recente, da década de 90 para cá. A contratação desse censo, o perímetro de atuação dele, quais foram as etapas de trabalho e os resultados da etapa cadastral, que foi a censitária e amostral, a partir dessa cadastral. E tem uma sequência nos indicativos do que já vem sendo feito depois disso. Em 1991, no contexto de elaboração e promulgação da Lei Moura, que

regulamenta a existência, o funcionamento dos cortiços na cidade de São Paulo, foi elaborada, realizada uma pesquisa-piloto pela Secretaria de Habitação, na região do Pari, para subsidiar um programa de intervenções em cortiço que estava sendo proposto naquele momento. Foi uma primeira pesquisa mais recente, nesses termos que vimos usando desde então. Depois, em 1994, já em uma outra gestão da prefeitura, foi feita uma nova pesquisa, contratada e executada pela FIP, que foi de cortiços e favelas, no mesmo intuito também de subsidiar a atuação da Secretaria, que depois direcionou a sua atuação mais para as favelas, e nesse momento não tanto para cortiços. Em 2001, foi feito realmente um censo, que é o que tínhamos como referência, o último censo até hoje, até 2022, que tinha sido realizado pela Fundação SEADE, para o Programa de Atuação em Cortiços - PAC, da CDHU, e ele foi em um perímetro que se sobrepõe um pouco com o nosso atual, na região central, nas subprefeituras Mooca e Sé, e em alguns segmentos dos distritos dessas subprefeituras. Essa pesquisa levantou informações sobre as condições dos imóveis, visando subsidiar, avaliar a possibilidade de reforma desses imóveis, adequação deles à Lei Moura. E também levantou informações socioeconômicas, pensando nas possíveis atuações para atendimento à essa população residente nos cortiços. Depois aqui, com atuação da própria prefeitura, houve um programa importante de recuperação dos cortiços, em que foram realizadas muitas vistorias nos cortiços entre os anos de 2006 e 2011, principalmente, não que tenha parado desde então, mas houve uma atuação muito intensa nesse período, que usou como base o censo da CDHU, que foi inserido no Sistema de Informações Habitacionais, que foi criado em 2005, aqui na Secretaria, hoje a nossa Habitasampa, e a partir dessa base, foram realizadas as vistorias, e essas informações foram sendo atualizadas, adicionamos cortiços, tirou alguns que tiveram mudança de uso, foram interditados. E também complementou as informações sobre esses cortiços. E cada uma das pesquisas realizadas teve perímetros diferentes, o que gera um desafio para sobrepor e comparar essas informações historicamente. Agora a contratação do censo atual. De início, é importante lembrar que ele foi financiado pela Operação Urbana Centro, que foi criada em 1997, por uma lei municipal, e ela tinha entre seus objetivos, melhorar a qualidade de vida dos moradores na sua área, e tinha um dispositivo que previa, inclusive, que no caso de uma intervenção em um imóvel com incentivo por parte da Operação Urbana Centro, os moradores com imóvel que fosse um cortiço, os seus moradores deveriam ser reassentados em uma área do perímetro da operação urbana, até mais 500 metros. Então, esse perímetro expandido. Só que não existia um cadastro ainda na prefeitura, desses imóveis, o que gerava uma dificuldade como saber se aquele imóvel era um cortiço ou não, no momento que era deliberado operação urbana, pela Comissão Executiva. Dai veio a demanda de realizar um censo lá naquele momento, foi aprovado, elaborado e aprovado no Termo de Referência, em 2003. Só que isso ficou em suspenso, acredito, é uma avaliação que fazemos, porque foi realizado um censo naquele meio tempo, no intermédio, aconteceu o censo do PAC/CDHU. E também, enfim, já tinha alguma informação para se trabalhar. Depois esse censo parou, tivemos aquele trabalho das vistorias, foi uma outra linha de atuação, também de levantamento de informações, mas aí foi retomada a proposta do censo no final de 2016, pela Secretaria, junto à Comissão Executiva da operação urbana, com a mudança de gestão, houve a continuidade desse trabalho. Então, tivemos aí em 2021, ao longo desse trabalho, esse tempo todo, de 2016 até 2021, muitas tratativas, idas e vindas, aproximadamente no Termo de Referência na versão atualizada, a partir daquele antigo. E foi feito o pregão eletrônico e foi contratada a empresa Qualitest Ciência e Tecnologia, que é uma instituição de pesquisa de âmbito nacional, que realizou aqui também o Censo POP RUA. E tivemos o Contrato nº 10/2021, e esse serviço foi executado, a ordem de início foi emitida em novembro de 2021, já com a equipe de coordenação pronta. Qual foi o perímetro do censo? Esse vermelho no centro aqui é a Operação Urbana Centro, o censo teve um perímetro um pouco mais amplo, que foi basicamente no perímetro expandido, com mais 500 metros. Com algumas áreas que aumentou um pouquinho ali no Bom Retiro, no Pari, por uma proposta nossa, da Secretaria, em acordo com a Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, entendendo que eram áreas importantes também de se levantarem informações. Essa base que tínhamos no Habitasampa, ainda hoje está lá, dos cortiços antes do censo, nesse perímetro, os rosas são os cortiços. Eram 812, nesse perímetro, ativos. Aqui é uma tabela que traz uma porcentagem de cada distrito, a área dele que foi pesquisada aqui no censo, alguns foram integralmente, como Brás, República e Sé, todos os outros foram parcialmente, de 30%, como a Bela Vista, até 5%, Pari e Cambuci, a área deles, que teve contemplada no perímetro da pesquisa. Etapa de trabalho. Foram quatro etapas: A primeira foi de aproximação, então, de preparação dos trabalhos, elaboração de manuais, aproximação com lideranças, instituições que atuam na área, elaboração de planos de comunicação, levantamento bibliográfico, material cartográfico; Depois tivemos a etapa dois, que foi a de trabalho em campo, levantamento cadastral, de fato, arrolamento e trabalho em campo, também a formação de equipe, treinamento dos pesquisadores de campo; A etapa três foi a amostral, em 10% dos imóveis pesquisados na censitária, na cadastral. E também uma paisagem estruturada em 15 cortiços, que aprofundamos um pouco qualitativamente à, enfim, à trajetória de vida desses mores, e o papel do cortiço nessa trajetória; E por fim, a etapa quatro foi de análise dessas informações, a higienização de bases, elaboração de documento final de divulgação. Aqui tem alguns registros. Na etapa um, um momento muito importante foi a criação do grupo de acompanhamento do censo, com participação da sociedade civil e de outros setores, outras pastas da prefeitura, movimentos de moradia. Trouxe uma contribuição muito importante para o trabalho do censo, ajudando

a definir etapas do trabalho, por exemplo, o arrolamento que foi incorporado no trabalho a partir de sugestão feita no grupo de acompanhamento. Os questionários também foram fechados com a contribuição do grupo de acompanhamento. Enfim, foi muito importante para o nosso trabalho, essa contribuição recebida, que contou com o Fórum de Cortiços, Centro Gaspar Garcia, Secretaria de Direitos Humanos esteve presente junto conosco também, o IAB, enfim, Fundo Fica. Aqui alguns registros das nossas reuniões, que algumas foram realizadas nessa sala mesma, outras foram até na EMASP - Escola Municipal da Administração Pública. Aqui é um exemplo dos materiais de comunicação que foram elaborados no âmbito do Plano de Comunicação, teve tanto materiais impressos, quanto em formato digital, que foram compartilhados em rede social, em grupos, tudo, em diferentes idiomas também, considerando os moradores de cortiços de origem migrante, que temos na região central. Enfim, também se avaliou também, e se fez a distribuição deles em diversos lugares nos setores, conforme íamos avançando a pesquisa. Aqui tem um exemplo de um material, indicando quando estávamos entrando na Sé, a pesquisa em campo estava entrando na Sé, então, tinha um material específico para a Sé. Todos eles tinham *QR Code*, além da página, o link, endereço para acesso na página da Secretaria, em que podiam ser encontradas algumas informações sobre o censo. Um dos materiais, uma das ferramentas que foram criadas também a partir da sugestão e solicitação do grupo de acompanhamento, foi um mapa interativo no Google Maps, em que era possível as pessoas, os integrantes do grupo de acompanhamento e outras pessoas que compartilhassem também, inserir ali lideranças que seriam importantes contarmos, instituições, mesmo cortiços. E essas informações foram úteis e foram usadas no trabalho também, para conseguir acessar os imóveis depois. Agora já na etapa dois, do arrolamento e pesquisa cadastral. Um momento importante foi a composição da equipe de campo. Tivemos um cuidado grande para compor essa equipe dos pesquisadores, supervisores, se considerou moradores de cortiço, foram incorporados no grupo movimentos de moradia de cortiço, pesquisadores que tivessem experiência já de pesquisa em campo, como no IBGE, e migrantes. Foi um grupo composto com essas três linhas principais, e nos trabalhos que fizemos de treinamento da equipe, foi promovida muita troca entre eles. Então, cada um trouxe um pouco do seu conhecimento, das suas competências, e todos juntos levaram a um resultado muito bom. Nesse trabalho de formação, contamos com apoio gracioso, gratuito, muito generoso, do Luiz Forrara, que para nós é uma grande referência dos cortiços, do Renato Simbalista, do Fundo Fica, e da Maria dos Anjos também, do Centro Gaspar Garcia, junto com o Corrara, auxiliando os pesquisadores a também se inteirarem e tomarem mais conhecimento do que é a vivência no cortiço, como acessar, entender toda a dinâmica, para o trabalho que eles iriam fazer depois. Outras formações que fizemos também, foram voltadas para o plano de comunicação, pensando que os próprios pesquisadores trariam contribuições na proposição e execução do plano, identificar os lugares mais importantes para ser feita a divulgação em campo, já que eles circulariam em todas as ruas desse perímetro. E também teve com a Secretaria de Direitos Humanos, que como eu comentei, foi muito generosa e participou bastante do trabalho, nos auxiliaram dando formações voltadas para a população LGBTQIA+ e população migrante, para também abordagem dos pesquisadores. E fizemos alguns treinamentos também com aplicação dos questionários, usando o Teatro do Oprimido, para formação dos pesquisadores. Aqui tem alguns registros das reuniões do grupo, já com o coletinho, entidades foram devidamente identificadas para campo. Qual foi a composição do grupo? Tinha um coordenador, um assistente social e um arquiteto, que eram a equipe de coordenação do censo. E as equipes de campo eram duas equipes, com dois assistentes de pesquisa, duas supervisoras e oito pesquisadores. Essa foi a equipe base. Aqui um exemplo de um pré-teste, foi feito no início para o arrolamento, cada etapa teve um pré-teste, se testar os ferramentais, testar os equipamentos, foi feito com tablet o trabalho em campo, com registro fotográfico, ver se está funcionando direitinho o sistema, se as perguntas estavam adequadas na aplicação dos questionários. O arrolamento tinha uma ficha aqui identificando imóvel por imóvel, em cada rua, se era um cortiço ou não, ou se aparentava ser, mas não foi possível confirmar e depois na etapa cadastral isso teria que ser confirmado. Aqui um exemplo da fixação de materiais de comunicação em campo, nos lugares que foram considerados importantes, em vários restaurantes, equipamentos públicos. E o que fizemos nessa etapa dois? Foram 966 cortiços com moradores entrevistados, 187 com operadores, que são os gerentes, os que fazem, enfim, tocam o negócio do cortiço. E 116 desses também teve entrevista de morador, em sobreposição. Foram tentadas três tentativas em cada cortiço de entrevista, e aí se não conseguia, acessávamos lideranças, tentava de alguma forma conseguir esse contato. Teve casos em que não se conseguiu, mas na grande maioria, sim. E aqui tem um exemplo do manual de instruções, que indica como que a pessoa deveria fazer, se apresentar, perguntar se a pessoa morava realmente naquele imóvel, se era um imóvel em que moravam mais famílias. Porque também identificamos que existe uma carga pejorativa no termo cortiço hoje, apesar de ser o termo que temos na própria Lei Moura, e naquele momento não era pejorativo. Então, tivemos um cuidado no trabalho em campo, de evitar para não trazer essa carga pejorativa de rejeição, identificar na sua moradia. Aqui também tem mais alguns registros do trabalho em campo dos pesquisadores, da reunião antes do início dos primeiros momentos de campo. A nossa equipe também acompanhando junto. Bom, etapa amostral, ela foi feita, são perguntas fechadas de múltipla-escolha, ela não foi ainda um questionário semiestruturado, então, aberto para entrevista, isso foi no passo seguinte. Mas por que ela aprofundou? Porque, enfim, eu vou explicar um pouco melhor

depois. Tinha esses blocos de perguntas, de história progressa do morador, a escolha da moradia, cotidiano. E também a caracterização do cortiço em si e do seu cômodo. Aí vem a pesquisa semiestruturada, ainda na etapa três, final, que foi de entrevistas mais aprofundadas, qualitativas, em que definimos uma quantidade mínima de alguns perfis de idosos, migrantes, LGBTQIA+, pessoas negras e com deficiência. Não foram apenas, mas tinha que ter, pelo menos, um mínimo desses perfis também. E a etapa quatro foi de fechamento, como eu comentei, com a análise final dos dados. Teve um apoio de uma consultoria contratada pela Qualitest, duas pesquisadoras que participaram desse relatório realizado no Rio de Janeiro, uma pesquisa semelhante lá, bem interessante, recomendo até a leitura, para quem tem interesse. E tem alguns registros que fizemos, ali do lado são vídeos com a equipe de campo, que trouxe um pouco, relataram como foi para elas aquele trabalho no censo, também trazer uma contribuição qualitativa. Resultados. Etapa cadastral. Primeira coisa, tivemos uma classificação de todas as edificações no perímetro, como cortiço sim ou não, para classificar como cortiço... Isso tudo está no caderno de metodologia, que foi compartilhado com o grupo de acompanhamento ao longo do trabalho, e também vai ficar disponível na página da Secretaria. Então, o imóvel tinha que ser subdividido em cômodos alugados ou subalugados, e cada um deles é um cortiço, com definido pelo Fundação João Pinheiro. Os cômodos deveriam ter múltiplos usos, então, é um imóvel de área única para dormir, preparar comida, viver, tudo. E um espaço de uso compartilhado também no cortiço. Então, os acessos para todos os moradores, sanitários, tanques, faz parte da definição de cortiço, na própria Lei Moura. Era obrigatório, enfim, para considerarmos esse cortiço, a entrevista com um morador, isso também foi uma proposta que partiu do grupo de acompanhamento, considerar os moradores como prioritários para entrevista. E tentar também conversar com o operador ou responsável pelo negócio cortiço. Conseguimos fazer, então, 959 entrevistas com moradores, e 188 com operadores, nessa etapa cadastral. No final chegamos a 1.040 mil cortiços entrevistados, e encontramos 1.084 mil cortiços nesse perímetro. No caso de sobreposição de informação, que recebemos, por exemplo, informação igual, fazíamos uma mesma pergunta para um operador e para um morador, e a informação não batia, a quantidade de cômodos, por exemplo, consideramos a informação do morador conforme foi sugerido pelo grupo de acompanhamento, e depois verificamos também, comparando nos resultados amostrais, que são mais precisos, e bateu com essa escolha, foi a mais adequada, de fato, considerado um morador. Esse aqui é o resultado que obtivemos com o censo, a localização dos cortiços. Importante destacarmos que ali na legenda fala: "Lotes com cortiço". Isso foi uma mudança importante em relação à base anterior da Secretaria, porque a base anterior não tinha essa delimitação imprecisa do lote. Era um desenho do cortiço e agora fechamos o lote, porque, eventualmente, podia pegar um pouco mais de um lote, porque esse é um pouco menor do que um lote, e isso gerou um pouco de dificuldade na nossa análise agora, para sobrepor. E dificultava também para fazer cruzamentos com base da própria prefeitura, de IPTU, por exemplo. Então, optamos por fazer o lote com cortiço para facilitar todos esses outros trabalhos que podem ser feitos a partir dessa base. Isso gerou um pouco de trabalho para compatibilizar endereços e tudo, mas foi o trabalho que fizemos na etapa quatro, de revisão, higienização e tudo. A base anterior que tínhamos era de 812 imóveis, um trabalho que fizemos inteiramente, no final da etapa quatro, foi de verificar, desses 812, quais ainda eram cortiços e quais não eram, porque também foi uma demanda que partiu do grupo de acompanhamento. Então, 480 ainda foram identificados como cortiços no censo, 332 não mais. Desses 332, identificamos o uso de cada um deles, 113 viraram imóveis comerciais, 121 residenciais, com outro tipo de residência, 26 eram edificações desocupadas, e 24 foram um imóvel que foi demolido e tinha um terreno desocupado. Aqui, então, temos a base anterior, antes dos trabalhos, em azul. Aqui em vermelho adicionamos que foram...

Sr. Sidney: Marcos, por gentileza, um conselheiro levantou a mão aqui. Pois não. **Sr. Maksuel:** Boa tarde, satisfação. Acho que fazer uma intervenção aqui, basicamente com todo respeito à sua apresentação, mas eu acho que esse documento que você está apresentando, ele tinha de ser apreciação de todos os conselheiros, assim está uma forma rápida de você fazer alguma colocação de como que está a intervenção nos cortiços. Mas eu gostaria de ter isso na íntegra, de lê-lo calmamente, certo, para ver. E aí sim, eu, posteriormente, eu acho que os pares que estão aqui, fazer alguma pergunta diretamente para você. A forma está sendo bem apresentada, estou vendo que tem 36, de 80 páginas, não tem como refletir no que está sendo exposto, para fazermos uma reflexão como conselheiro, e fazermos as nossas colocações, as nossas perguntas. Então, eu recomendo para o Secretário para que seja passado as informações para os conselheiros, e aí nós possamos aí estudar o documento e fazer os questionamentos necessários. Por favor. **Sr. Sidney:** Marcos, antes de você retomar a palavra aí, só uma consideração. O documento é extenso, acho que o prazo que eu combinei com a Juliana, é de... Quer falar? **Sra. M^o Helena:** Então, encaminhei para vocês a apresentação, está por e-mail. **Sr. Marco Aurélio:** Olha, para além da apresentação, essa apresentação, de fato, acredito que foi compartilhada no convite, mas independente disso, ela fica disponível, encaminhamos novamente, se for o caso. Acredito que já foi enviado no convite, mas envia novamente. Na página da Secretaria vão ficar disponíveis mais informações, aprofundando além do que está aqui, vai ficar disponível depois um link para acesso à uma ferramenta de análise de gráficos, de PI, de *business* interno, que vai ser possível gerar gráficos com filtros e tudo. Vai ter os relatórios também, o mapa. Então, isso tudo vai ficar disponível para todo mundo, essa é uma primeira apresentação para, enfim, trazer uma visão geral, mas sabemos, que claro, não é possível

também se aprofundar em tudo, até o próprio conselheiro colocou, são 80 slides, eu vou ter que passar um pouco rápido, porque também não quero segurar todo mundo só falando, e vamos abrir um espaço depois para perguntas e respostas. **Sr. Sidney:** Obrigado. **Sra. M^o Helena:** Alguém mais? Porque assim, eu acompanhei o e-mail, ele vai para todo mundo da mesma forma. Alguém não recebeu esse e-mail? **Sr. Maksuel:** Eu não recebi. **Sra. M^o Helena:** É, porque assim, não tivemos tempo hábil de mandar junto com a primeira convocatória. Então, nós encaminhamos, mas foi encaminhado para todo mundo. Eu posso reencaminhar. Eu reencaminho para todos novamente. **Sra. Juliana:** Boa tarde. Sou Juliana, diretora de recentemente, do planejamento. Como é seu nome? Desculpa. Maksuel. Acho que você tem toda razão, é uma apresentação que aqui em 30 minutos já é pouco tempo de falarmos, que é um conteúdo muito extenso. O Marco está fazendo um esforço de darmos uma passada, que já tínhamos considerado que vocês já tinham recebido o material, realmente sem ter tido tempo hábil para olhar o material, vai ficar bem difícil fazermos um debate aprofundado. Mas assim, dos últimos slides íamos falar sobre a divulgação do material na íntegra, já vou adiantar agora, porque esse assunto já veio. Nós, além da apresentação e do debate, que vamos ter outras oportunidades, que não conseguimos se aprofundar aqui, pôe até propormos aqui no momento no outro momento de discutirmos mais o assunto, acho que é importante, inclusive precisamos da ajuda de vocês para a gente formular o que vamos fazer com esse material. Vamos divulgar tudo isso no site da SEHAB, vamos colocar as bases georreferenciadas dentro do nosso HabitaSampa, não vai ser agora, porque a gente ainda tem que desenhar a tecnologia para isso. Mas é para já, nos próximos meses já vai estar disponível, não sei quanto tempo vamos conseguir, precisamos ver no nosso contrato com a empresa que mexe nessa parte nossa dos dados. Mas temos o relatório também final, que já podemos mandar para os conselheiros antes para vocês olharem, além da apresentação. Então, se vocês acharem que não vamos conseguir aprofundar aqui, que eu acredito que não vamos conseguir, o Marco vai passar só para termos uma noção geral do conteúdo, podemos até fazer uma proposta que outro momento que vamos debater essas informações. Os prédios ocupados, que seria um outro tipo de assentamento, vamos dizer assim, mas que tem relação direta, você tem razão. Aqui eu queria só enfatizar também o quanto é importante ficarmos atentos ao perímetro, estamos falando de um perímetro específico, não estamos, por exemplo, o Pari vocês viram, é 5% que está incluído aqui no perímetro. Então, ainda temos que se atentar a isso, que nós estamos debatendo informações, em um perímetro que está próximo à Operação Urbana Centro, que foi quem financiou o pagamento dessa pesquisa. Então, temos aí muitos debates para fazer, inclusive para ampliar essa leitura, como vamos pensar em atuações dos cortiços. Então, realmente é um assunto que vai ser difícil esgotarmos aqui. Mas eu proponho que sigamos com a apresentação para todo mundo ter uma visão geral do que é o conteúdo, e já saia daqui com uma proposta de qual vai ser esse outro momento que vamos ter espaço para poder debater isso a fundo. **Sr. Sidney:** Obrigado, Juliana. **Sr. Marco Aurélio:** Seguindo, então. Só deixar claro também, nesse mapa em vermelho estão os lotes que estão no cortiço hoje, então, onde está em azul é porque são cortiços que não são mais cortiços, eles eram na base anterior, temos no HabitaSampa, em vermelho estão todos os novos e os que já eram e permaneceram sendo. Aqui tem uma tabela um pouco mais ampla, que traz essa participação de cada distrito no perímetro da pesquisa e na quantidade total de cortiços. Então, vemos, por exemplo, na Bela Vista, representou, teve 6% da sua área total, do distrito, na pesquisa, porém, 24% do total de cortiços. Então, uma concentração grande de cortiços, mesma coisa a Liberdade, foi uma área de 7,7% da Liberdade, e 18% dos cortiços. Aqui tem uma tabela que mostra a diferença quantitativa de cortiços, enfim. Vou passar um pouco, porque justamente isso fica para depois, dá para irmos. Aqui também identifica os cortiços em que não houve entrevista, essa diferença nesse mapa. Aqui detalha um pouco mais os imóveis que deixaram de ser cortiços, fica depois para registro, depois para vocês poderem consultar. E isso também vai estar tudo no BY. Os questionários da etapa cadastral, para moradores, tinham questões voltadas para a história progressa deles, a caracterização da locação do imóvel. E também tinha a parte de observações do próprio pesquisador de campo, dos operadores, o que tinha também assim, eram menos questões, e tinham questões voltadas para o negócio cortiço e para a atuação dele, enfim, como gerente de um cortiço. As entrevistas, então, foram 1.040 mil endereços, com entrevistas realizadas. A nossa proposta inicial era de considerar apenas os cortiços que tivessem entrevistas com morador, contudo, teve 80 cortiços que no final conseguimos entrevistar um operador, um gerente do cortiço e não um morador. Tivemos um debate interno do que fazer com isso, decidimos manter esses endereços no resultado da pesquisa, por entender que era relevante trazer também. Então, é isso, temos 80, que foi só um operador, 108 em que foram os dois, morador e operador, e mais 44 endereços em que não conseguimos fazer nenhuma entrevista. Aqui já passando para os resultados, temos uma concentração grande de cortiços em um total de até 15, 20 quartos, poucos tem mais de 35, bem poucos. E em relação às pessoas também, muito poucos, tem mais de 35 pessoas residindo. Aqui tem um mapa que mostra um pouco assim, o tamanho do círculo é a quantidade de moradores em cada cortiço, quanto maior o círculo, mais moradores, cada círculo é um cortiço. Tem vários mapas nesse formato, por isso que eu já explico agora, por entender como funciona. Aqui tem o exemplo do cortiço que encontramos na pesquisa como tendo maior quantidade de moradores, que fica na Alameda Barão de Piracicaba, Santa Cecília, que foi informado 300 moradores. Aqui é a quantidade de cômodos, mesma coisa, quanto maior, mais cômodos no cortiço. O que foi informada uma maior quantidade de cômodos foi na Rua Carneiro Leão, no Brás,

teriam 150 cômodos. Então, extrapolando esses números, as médias que obtivemos, considerando 1.084 mil cortiços no perímetro, então, uma média de 11,3 cômodos por cortiço, tivemos 12.300 mil cômodos. Então, 12.300 mil domicílios, em cortiço nesse perímetro. E também a média de moradores que encontramos por cortiço foi de 16,6, também multiplicando pelos 1.084 mil, chegaríamos em uma média de 18 mil moradores, nesses cortiços nesse perímetro. Explicando que isso é uma extrapolação que fizemos a partir da média, então, com uma média a partir de 1,9 pessoas por quarto ocupado, porque também temos quartos que estavam vagos, 88% estavam ocupados. Então, se considerasse dez cômodos, sempre tinha um que estava vazio. Aqui tem o quadro síntese, também eu passo, que são esses números todos. Tipo de imóvel, 95%, quase, dos imóveis eram sobrados, casarões, casas térreas, alguns de outros tipos, sobrelaços, galpões, mas esse é o grosso. Tipo de cortiço, é quando é um cortiço comum, como imaginamos pensão/cortiço, qual é a diferença? 45%, pode ter alocações por períodos menores de área, semanal, às vezes, tem mobília também, todo mobiliado. Aqui problemas relatados na tabela da esquerda, pelos moradores, e os sinais de obrigatoriedade foram observados pelos nossos pesquisadores. Então, na etapa cadastral os moradores relataram poucos problemas do imóvel, a maioria relatou não identificar problemas. A não ser assim, aparecem falta de água, infiltração, umidade, infestação de insetos, 11%. Os nossos pesquisadores já identificaram mais problemas, eles falam da iluminação, preocupação com a rede interna, elétrica, e presença de botijão de gás, enfim, preocupações assim de risco. Funcionamento do cortiço. A maioria da divulgação é feita por cartaz, em postes, que encontramos também andando por aí, na frente do próprio imóvel. E anúncio online é pouco, e muita indicação por conhecidos, vai aparecer até maior na amostral, vocês vão ver depois. Principalmente nos quartos que não são mobiliados, e as pessoas levam a sua mobília, quando elas vão mudando de um imóvel para outro. Pagamento, em geral é em dinheiro, principalmente, também por PIX, em geral, é entregue um recibo, mas muitos casos também não é entregue. Valores de aluguel, grande maioria, dois terços ficaram entre R\$ 400 e R\$ 800, isso em 2022, um momento em que o salário mínimo era R\$ 1.212 mil, também é importante ter isso em mente para comparar. Em geral, também era feito um pagamento de depósito, quase 60%, e 50% era de um mês, essa caução. Tempo de gerenciamento, aí já é uma informação dos operadores de cortiço, a maioria deles já operava cortiços há mais de cinco anos, há mais de dez anos, se considerar de cinco até mais, chegamos aí a 60% já estavam há mais de cinco anos, até mais de 30, como operadores de cortiço. Dos que entrevistamos, dois terços eram zeladores gerentes, e um terço eram proprietários do imóvel. A maioria deles gerenciava um cortiço, mas 25% mais de um. A renda familiar deles não era exatamente assim muito alta, mas é mais alta do que as dos moradores, como vai ser possível ver depois também. 50% é até dois salários mínimos, ou 55%. E temos aí mais de 90% até seis salários mínimos. Aqui temos um exemplo do BY, que eu comentei, a ferramenta de análise visual dos dados, em forma de gráficos, que vai ter vários filtros, e isso vai ficar disponível para consulta e uso por todos, vamos disponibilizar na página da Secretaria. Essa vai ser a carinho dele, que tem uns botões para acessar... **Sr. Sidney:** Marco, mais uma intervenção aqui por parte de um conselheiro, gostaria de fazer a pergunta para você. **Sr. Nelson:** Desculpa, para vocês, assim, o termo técnico pode estar claro, mas para mim não está. O que você está considerando como operador, é o intermediário? Porque conhecemos essa pessoa, que não é tão, vamos dizer assim, tão honesta, como intermediário, esses são os operadores? **Sr. Marco Aurélio:** É isso, o operador é um termo que, enfim, assim como o interrogatório, zelador, gerente, cada situação é um contexto diferente, pode ser um funcionário do proprietário que ele é contratado pelo proprietário para gerenciar o negócio, ou pode ser alguém que aluga o imóvel e subloca. Isso não entramos em qual que era a relação dele exatamente, só não era o proprietário. **Sr. Sidney:** Obrigado, Marco. **Sr. Marco Aurélio:** Da etapa amostral, então. Como foi definida e quais cortiços seriam pesquisados? Usamos um termo de referência, que seriam 10%, pelo menos, dos imóveis a serem pesquisados. Distribuímos esses 10% nos 22 setores que foram divididos o perímetro para organizar o trabalho das equipes de campo. Então, seriam 10% dentro de cada um desses 22 setores. Haviam setores em que isso daria um, então, ampliámos para dois, pelo menos, dois cortiços em cada setor, e arredondou sempre para cima. Com isso, chegamos a uma quantidade um pouco maior do que seria o mínimo, que seria de 108, pesquisamos 128. Era os critérios de incorporar esse imóvel, teria que ser entrevistada uma pessoa por cômodo, que trariam as informações para aquele grupo familiar, enfim, quem estava morando naquele cômodo. E teria que ser levantada a informação, pelo menos, 50% dos cômodos ocupados naquele cortiço. Então, se tivéssemos dez cômodos e dois estavam vazios, então, seriam oito, teria que entrevistar, pelo menos, quatro pessoas para valer aquele cortiço. O questionário tinha 56 perguntas, e trazia essas informações de história progressiva, motivo de escolha da moradia, o cotidiano da pessoa e do próprio imóvel. O que encontramos? 51% das pessoas, a caracterização das pessoas, 50% homem, se identifica com o gênero masculino, 47% mulher, também se identifica com o gênero feminino, 1% outro gênero. 63% pessoas negras, entre pardas e pretas, 70% estavam entre 18 e 60 anos de idade, a maioria, 70%. Então, 22% menos, 8% mais. 15% desse total era de imigrantes, e quase 5% tinha algum tipo de deficiência, principalmente física e de mobilidade. Aqui tem a presença de imigrantes, onde que está a concentração dos imigrantes nos cortiços, e aqui de pessoas pretas e pardas. Informações sobre moradia prévia, na etapa amostral. Para a maioria dos moradores de cortiços, eles já tinham morado em mais cortiços, não era o primeiro, mas também 31% era a primeira vez que estavam

morando em cortiço. Então, as duas informações são relevantes. A maioria ficou sabendo por alguém conhecido e não por cartaz, que também aparece em segundo lugar. Então, tem muita dinâmica de troca de informação, até para mudanças. E aí se identificar que existe uma condição melhor no outro, um valor melhor, condição melhor, muda. Em relação à escolaridade, 50% tinham até fundamental completo, e a renda que comparamos com a renda informada dos gerentes de cortiços, dá para ver uma diferença também importante, que 50% tem até um salário mínimo e não dois, e 90% tem até três, renda familiar, e não até seis. Em relação ao tempo de deslocamento, isso é muito importante também, que vemos pesquisas que indicam que em São Paulo a média, você gasta duas horas e meia por dia em deslocamento para o trabalho, para os moradores de cortiço essa realidade é muito diferente, é menos de uma hora, você tem aí 50% com até 20 minutos, em período, então, ida e volta. Olha, por questão de tempo, para também abrimos para conversa, vou passar um pouco mais rápido. Enfim, é isso, a proximidade do trabalho é importante, e o deslocamento a pé também é muito presente. Os motivos para escolha de moradia refletem isso, a proximidade com o trabalho principalmente, valor de aluguel, menos burocracia, acesso a serviços, equipamentos, isso já sabem. Aqui tem gráficos que mostram, enfim, um monte de informações de presença ou não de banheiro, cozinha, pia de cozinha ou não, janela, botijão de gás dentro do cômodo. Enfim, aqui a janela que eu comentei. Em relação à iluminação e ventilação, a princípio, são do morador, sobre ser satisfatório ou não. Não fizemos um levantamento físico assim, de qual que era a área da janela em relação à área do cômodo, para adequação dos parâmetros da Lei Moura, porque não era esse o objetivo da pesquisa, é realmente levantar um censo, principalmente identificar os cotistas. Conseguimos trazer um pouco mais de informação para qualificar esse trabalho. Já na amostral foram apresentados mais problemas no cômodo, apareceu a questão do barulho dos vizinhos, e a umidade também é um problema importante, com infiltração e mofo nas paredes. Aqui é uma tabela que também acho muito interessante, que é o sentimento dos moradores de cortiço em relação à essa moradia. A maioria fala que se sente confortável, considera como casa, não tem vontade de se mudar, e se sente, enfim, pretende continuar morando na região central. E tem inclusive uma boa relação com o intermediário, com esse operador, mais até do que com outros moradores, acredito até porque não tem aquela convivência, problema de ter que compartilhar banheiro, ruído e tudo. Pessoalmente, me surpreendeu até, mas foi isso que encontramos. Aí é um quadro síntese, também é um exemplo do BY da amostral, e a carinho dele, para quando vocês forem acessar pelo link. Fechando, então, agora, enfim, já teve um pouco adiantado do que vamos fazer. Tem essa apresentação agora de 22. Vão ser disponibilizados esses resultados na página da Secretaria, com os documentos, relatórios, o link para o BY, a camada georreferenciada, mapa, que também vai ser disponibilizada no HabitaSampa, a princípio, porque tem essa questão, como a Juliana, minha diretora, colocou de inserir no sistema, fazer isso leva um pouco mais de tempo, mas já colocamos na página. E, enfim, reativamos a Comissão de Intervenção e Recuperação dos Cortiços, que já vem se reunindo desde o ano passado, no intuito de compartilhar informações e discussões entre os órgãos da prefeitura, pensando na nossa atuação, retomar a atuação com os cortiços. Como a Juliana já colocou, e a nossa ideia inclusive é colher contribuições desse grupo aqui do Conselho. E é isso que eu tinha para apresentar. Agradecer pela atenção de todos. Nos deixamos à disposição, como Secretaria e como Departamento de Planejamento, para quaisquer esclarecimentos que vocês tenham a respeito dessas informações. Enfim, e para receber sugestões e críticas que vocês tenham também. **Sr. Sidney:** Pela ordem aqui, Juliana, obrigado, Marco, obrigado, pela apresentação. A conselheira aqui pede a palavra, por favor. **Sra. Glacy:** Eu peço que avaliem a pertinência. Mas entendo que a apresentação foi de um diagnóstico, um retrato, mas para efeito dos próximos passos, talvez fosse interessante para deliberações futuras, que fosse apresentado algum dado evolutivo, porque percebemos que vocês têm um trabalho anterior, e a situação atual. Então, o que eu senti um pouquinho falta foi de estarmos: "E agora, como evoluiu, eu involuiu", até para poder analisar um pouco com relação às políticas públicas adotadas nesse período, então, qual foi o resultado, a atuação. Então, na questão dos próximos passos, talvez, fosse interessante. Porque me parece que vocês realmente dispõem de dados. Não idênticos, mas passíveis de apresentar para, que todo mundo forme uma linha de conhecimento, a evolução ou involução, enfim, dessa situação do cortiço nessa região apresentada. É isso. **Sra. Mônica:** Eu só vou pedir a gentileza de quem tiver a palavra, de se apresentar, para que possa constar em ata. **Sr. Marco Aurélio:** Olha, eu não sei também como é o formato, se vamos recebendo as sugestões, perguntas e depois responde, ou se vai respondendo individualmente. Como vocês acham melhor fazer? Juntar e depois responder? Então, está bom, que eu vi que já tem mais duas mãos levantadas. Então, está certo. **Sr. Renato:** Boa tarde. Eu me chamo Renato, eu sou conselheiro pelo Centro Gaspar Garcia, eu participei, acompanhei o grupo de acompanhamento dos cortiços. Então, é um pouco em respeito, em relação a esse acompanhamento que eu estou fazendo a fala aqui, porque eu não estou querendo discordar do encaminhamento que foi tirado aqui, a partir da sugestão do Maksuel, de aprofundarmos isso. Mas por estar acompanhando essa história há bastante tempo pelo grupo de acompanhamento, eu gostaria de, pelo menos, trazer algumas coisas aqui para essa discussão no CMH, porque pelo grupo de acompanhamento estamos esperando há muito tempo esse momento, assim, de chegar até aqui. Então, eu gostaria de trazer algumas coisas que eu acho que foram importantes, que foram aparecendo ao longo das discussões e das reuniões do grupo de acompanhamento para esse espaço, e também propor, não sei, alguns encaminhamentos indo na direção do que já foi tirado. O

Kohara nos ensinou nesse processo, que ainda não havia um censo oficial como esse que estamos tendo. Então, mesmo que tenha base de dados, algo dessa envergadura, na cidade de São Paulo ainda não tinha sido feita, mesmo com as limitações, que eu já vou falar na sequência, mesmo com as limitas desse censo, não tinha tido algo dessa amplitude para ver a gravidade da situação, de uma das formas de morar mais antigas na cidade de São Paulo. Então, isso é uma coisa. Outra coisa é que é importante, isso também foi dito várias vezes nas reuniões, a Evaniza, uma liderança referência aí, talvez isso, que é importante dizermos que esse é o Censo de Cortiços do centro de São Paulo. Porque, às vezes, quando falamos: "É o Censo de Cortiços", temos a ideia de que está olhando para a cidade, uma realidade da cidade de São Paulo, e ela não é, ela é do centro de São Paulo. E ainda é importante dizer que o perímetro do centro está reduzido. Pedimos e foi uma conversa que foi atendida, o perímetro inicial de pesquisa era ainda menor, ele foi ampliado, mas mesmo assim ele é reduzido, regiões como Barra Funda, o próprio Pari, a Mooca, regiões que sabemos que tem muitos cortiços, nem entraram na pesquisa. Então, o que temos que ter em mente é que nós temos, pela primeira vez um censo do centro oficialmente, subdimensionado. Então, a realidade é ainda maior do que isso que estamos vendo. O que eu queria falar também, é que bom, enfim, nós no grupo de acompanhamento está pedindo e querendo esse material para ser divulgado, importante esse material ser divulgado, a equipe sempre falou que precisava passar no CMH. Então, quando vamos adiante, e eu acho válida a reivindicação dos companheiros conselheiros que precisam de tempo, porque, de fato, é muita informação, eu só queria também daí pedir para o pessoal que, por mais que nós, talvez, vá reavaliar isso aqui no CMH, mas que essas informações comece a ficar disponibilizadas, comecem a se tornar públicas. A nossa última reunião como grupo de acompanhamento foi no final do ano passado, nós estamos quase em março, então, vai postergar ainda mais, mas, então, começar a disponibilização dessas informações, porque elas têm que ser de âmbito do conhecimento. Então, por mais que não vamos trabalhar isso aqui hoje, que é comecem a ficar o quanto antes disponível para as pessoas. Isso é uma demanda que o pessoal do grupo de acompanhamento tem cobrado bastante. E daí o meu último ponto aí é aqui para nós do CMH pensar e, talvez, um apartamento de encaminamento, eu não sei nem se faz sentido. Mas assim, para além da divulgação, que é muito importante, nesse espaço aqui do CMH é importante olharmos para esse material, porque não adianta só saber fazer um diagnóstico, ter uma leitura do número, é importante nós a partir disso pensar como vamos fazer nesse espaço, que é o CMH - Conselho Municipal de Habitação, para fazer políticas de defesa e proteção às pessoas moradoras dos cortiços, que elas possam viver com dignidade nesses espaços. E pensar em políticas públicas para quem paga aluguel, porque aqui no centro, em outras regiões da cidade, essa é a forma de morar e de acesso à moradia das pessoas. Então, pensarmos em formular a partir disso que está vindo, políticas de proteção às pessoas que pagam aluguel e comprometem muito da sua renda, grande parte da sua renda, além do que devia, pagando aluguel e em condições, muitas vezes, precárias. Então, é convocar o CMH para se debruçar não apenas: "Tem um censo novo, que bonito, olha o caderno aqui". O que fazemos com isso a partir de agora? Não sei se é o caso de fazermos um GT para debruçarmos ou não, fica aqui a provocação para o coletivo. Muito obrigado. **Sr. Nelson:** Boa tarde. Eu sou no Nelson Saule Júnior, conselheiro pela OAB. Bom, primeiro algumas questões que não sei se foram consideradas, até pelo fato da nossa área de atuação do direito. Bom, eu já tive a experiência com cortiços, como advogado, de advocacia popular, muitos atrás, em uma associação chamada Associação de Defesa da Moradia. Trabalhei fazendo essa advocacia popular, na época era um convênio com a prefeitura, com a Secretaria do Bem-estar Social, que na época o prefeito era o Mário Covas e a secretária era a Marta Godin. E aí tivemos aí uma equipe de advogados em algumas áreas, uma que foi até citada, que não está no censo, que eu trabalhei bastante, foi justamente na região da Mooca, aquela região mais do início da zona Leste, isso lá em meados dos anos 80. Naquela época ainda não tinha a Lei Moura, e nem tinha a Lei do Inquilinato, com o tratamento sobre a locação coletiva, de habitação coletiva de aluguel. E depois trabalhando aqui na Secretaria, fui chefe de gabinete na gestão da Luiza Erundina, aqui da Secretaria de Habitação, começou algumas coisas embrionárias, já que tinha sido aprovada a Lei Moura e também a Lei do Inquilinato, foi logo no início dos anos 90, tinha sido aprovada com aquelas regras de proteção para essa população. E o que me deixava bem triste é que não mudou muito a realidade de quase, sei lá, 40 anos, já faz tempo, do que foi relatado aqui, infelizmente. Com relação à problemática. Eu queria duas questões, três, vamos dizer assim, uma primeira é da população que vocês identificaram, na época era claro sempre aquela questão da população nordestina, que trabalhava no centro, tudo isso que estava mais nos cortiços. Não sei se alguma mudança do perfil, se hoje tem mais a população latina, se tem africanos nos cortiços. Muita gente fala na percepção, mas não sei se no aspecto de constatar mesmo isso está ocorrendo ou não, essa mudança ou, pelo menos, agora essa conjugação dos diferentes tipos de pessoas que estão morando nos cortiços. A segunda é a questão das condições de segurança das famílias, com relação à essa questão da violência, da insegurança quanto ao não terem contratos, provavelmente, de locação. Se houve uma percepção que ainda continua uma situação violenta, de violência, às vezes, é mais até não a violência física, mas é uma violência que é feita de outras formas, para essas famílias, quanto a estarem podendo até querer reivindicar se os direitos. Não sei se isso foi constatado, essa insegurança, que no nosso campo é a insegurança jurídica, porque as pessoas não tem nem contratos. Apesar de que a Lei de Inquilinato já desde os anos 90, coloca regras de proteção para essas famílias. Bom, essas são algumas questões. Agora, eu acho que mesmo não tendo um censo

abrangente, nem pegando a Mooca, que como eu falei, já trabalhei lá, sei que é uma realidade bem... O Brás, toda essa região, e outras coisas na cidade, e mesmo pegando as tipologias de fundos de quintal, que é mais nas periferias, acredito que os elementos que até já foram apresentados aqui, apesar de poder se aprofundar mais na infraestrutura do censo, eu entendo que aqui o Conselho deveria assumir uma responsabilidade de pensar uma proposta de uma política para os cortiços. Tendo em vista já o que tem de previsão aí na política habitacional, plano diretor, etc, de avançar. Uma questão que eu acho que era importante para essa proteção da moradia, era ter realmente um serviço, como foi colocado, de proteção não só no aspecto físico, das condições da população moradora, do valor do aluguel, mas da situação de proteção de defesa dessa população quanto aos seus direitos nessa condição de locatário de inquilino. Que foi o que foi feito há 40 anos atrás, pela própria prefeitura aqui com esses serviços de assessor jurídico na época do prefeito Mário Covas. Enfim, nós estamos já no Século XXI, podia, no mínimo, retomar as experiências que já foram vivenciadas, que acho que isso já seria uma grande perspectiva de estar lidando com essa população. E a outra que me assusta muito são os valores dos alugueis, porque se pegar aí os programas aí de financiamento, vocês conhecem melhor do que eu, quem está pagando R\$ 1 mil na habitação hoje, social? Alguém sabe de algum programa de habitação social, que a pessoa paga R\$ 1 mil por mês? É o que a população está pagando, pelo menos, um percentual, nós estamos em uma faixa altíssima, elevadíssima, de R\$ 600 a R\$ 1 mil. Então, acho que essa questão também é preocupante quanto aos valores abusivos que são determinados. Então, acho que sim, o Conselho poderia ser um polo de mobilizador para estar dialogando com a sociedade, a partir da apresentação desse censo, algumas medidas mais preventivas imediatas, que pudessem ser tomadas para, no mínimo, trazer o mínimo de dignidade para essas pessoas que estão vivendo nesses cortiços. Acho que me estendi um pouco, mas eu queria colocar essas questões aqui para o Conselho. **Sr. Sidney:** Obrigado. Tem mais alguém querendo a palavra? O senhor é conselheiro? **Sr. Paulo César:** Não. **Sr. Sidney:** Então, essa reunião é dada a voz, a palavra aos conselheiros. O senhor representa algum conselheiro? **Sra. M^a Helena:** Porque a voz é só para quem é Conselheiros. **Sr. Sidney:** Então, alguém pediu a fala para ele, a voz, alguém pediu? **Sr. Fátima:** Eu solicito. **Sr. Sidney:** Tudo bem, será concedida aí. Mas pela ordem, os senhores sabem que realmente a voz é dada a conselheiro. **Sr. Paulo César:** Serei breve. **Sr. Sidney:** Pois não, a palavra é sua. **Sr. Paulo César:** O senhor que me antecedeu já puxou o assunto, mas eu vou ser breve, bem simples, bem objetivo. Paulo César, Movimento da População de Rua, estávamos na gestão passada, mas nessa não estamos. Mas é bem objetivo, a frase é bem objetiva, não estamos conseguindo acessar o programa da prefeitura, auxílio-aluguel, por causa do que foi dito agora, preços abusivos, o valor que a prefeitura oferece está defasado ou vice-versa, os preços estão abusivos. Não sei se porque São Paulo está ficando uma cidade cara ou qualquer outra coisa dessas. Muito obrigado. **Sr. Sidney:** Obrigado. **Sr. Marco Aurélio:** Respondo um pouco das colocações? **Sr. Sidney:** Pois não, pode colocar, Marco, as ponderações finais, por favor, para não nos estendermos mais. Obrigado. **Sr. Marco Aurélio:** Em relação às propostas de atuação, enfim, aí já é uma coisa que vai um pouco além do meu escopo, que é de responder em relação às informações. Essas propostas, enfim, acho que outras instâncias vão poder responder mais, com mais qualidade na Secretaria. O que eu posso falar em relação à comparação, evolução que foi trazida, isso realmente é uma coisa que consideramos, por isso que destacamos a dificuldade que existe por conta da diferença dos perímetros. Então, conseguimos fazer uma comparação. O nosso resultado? 1.084 mil. Quem tinha essa área? 812. Isso indicaria um aumento de 33%. Mas isso não corresponde ao que se identifica materialmente olhando em campo. Então, poxa, a hipótese que temos, que aí é difícil de analisar, mas é um trabalho que precisa ser feito, é ver exatamente quais as áreas onde pesquisamos, porque consideramos um perímetro, e consideramos o que tinha de informação dentro dele. Então, essa comparação foi feita. Só que tem essa questão de cada pesquisa ter sido feita com perímetro diferente. Possível que áreas que pesquisamos agora não tivesse sido levantadas informações em alguns momentos. Então, identificamos em um lugar onde não tinha sido identificado, daí aparece uma quantidade maior. Então, aparenta que aumentou 33%, eu não duvido, assim, aí é uma impressão, difícil de falar isso, mas pode ser que tenha aumentado mesmo um pouco o fenômeno, ele tem uma permanência bem considerável, como já foi trazido aqui por um outro conselheiro aqui da OAB. Isso vemos nos estudos nesses trabalhos da prefeitura lá de trás, pesquisa acadêmica, se identifica essa constância com mudança dos imóveis. Existe uma dinâmica de imóveis que deixam de ser, outros que passam a ser. Mas não tem um aumento, acho que de 33%, como identificamos fazendo uma comparação simples das bases. Então, é um pouco difícil, não é impossível. Mas é um trabalho interessante e importante fazer. Tem essa diferença que trouxemos aqui, só tem essa questão mesmo dessa limitação que eu coloquei. Mas é uma comparação simples que dá para fazer. Em relação aos valores de aluguel, de fato, temos a média, que é de R\$ 700 e pouco. Então, se for considerar os valores de aluguel que eram pagos naquele momento, com o salário mínimo de R\$ 1.212 mil, dá uns 62% na média. Tem uma diferença dos valores de aluguel que se refere também às características do cômodo dentro do cortiço, tem cômodos que tem banheiro, tem cômodos que não tem, então, o valor do aluguel é maior por conta disso. E acho que nesse momento é o que teria para colocar, porque os outros pontos foram mais de proposição de como atuar, que é um desafio, de fato, que temos que tocar. Mas, vai um pouco além só da apresentação desses resultados. E as informações vão ficar realmente todas disponibilizadas para poder analisar, contamos com a contribuição vinda da sociedade civil também, nessa análise

e proposição. A questão mesmo do cortiço, m ponto importante, estamos em diálogo com o IBGE, que eles também fizeram agora o censo, então, apresentando os resultados. Estão na iminência de apresentar os resultados dos cortiços. Essa é uma troca que vimos mantendo com eles, porque tem nosso interesse, contribuímos também no trabalho deles, forneceu a nossa base para eles, aperfeiçoarem a deles. Porque não existe um conceito, uma definição nacional de cortiço, é um objeto difícil de conceituar. Temos a Lei Moura aqui, que foi construída, assim, foi um trabalho muito importante a elaboração dela, depois foi elaborada no município de Santos, a partir da nossa, mas não existem outras, Rio de Janeiro mesmo não tem, tem esse trabalho que apresentamos, mas não tem legalmente definição de cortiço. E o IBGE também não tem, usa o trabalho lá do Rio de Janeiro. E conversaram conosco para usar a nossa base para melhorar o trabalho deles. O que tínhamos identificado como cortiço, para eles também verem e calibrarem a pesquisa deles. Então, estamos na expectativa de receber um retorno deles com esse resultado, e comparar com a nossa, avaliar, enfim, extrapolar um pouco comparando o perímetro de pesquisa deles, se conseguirmos ter acesso à essa informação agregada com o nosso, quantos que eles encontraram, quanto que encontramos, quanto que eles encontraram no município, e tentamos extrapolar daí quanto que teria no município ou cada região, enfim. Mas é uma dificuldade mesmo, cada pesquisa feita no passado, também pode ter tido critérios diferentes, definir o que era o cortiço. É muito difícil identificar caminhando, pode ter passado. Tivemos bastante cuidado nesse momento para identificação, por isso que acho que nem conseguimos identificar mais. **Sr. Sidney:** Pois não, Miguel. **Sr. Miguel:** Eu acho que para esse tema tem que criar um Grupo de Trabalho, e recuperarmos algumas coisas aqui. Porque senão vamos trazer um monte de coisa para cá sem resolução. Anteriormente o DEPLAN apresentou as áreas de mananciais, não fizemos ainda uma questão resolutiva naquilo lá para entender os mananciais, ficou de criar Grupo de Trabalho. Hoje já traz outro tema, e aí vem trazendo vários temas e fica sem solução. Eu acho que para resolver isso, que para mim eu acho muito complexo, eu acho que tem que criar um Grupo de Trabalho, tentar criar um mecanismo para isso, para trazer uma devolutiva melhor, esclarecedora. Porque eu acredito que para muitos aqui, não sei, para mim ficou muito confuso os dados, as apresentações, e o tempo que se toma para isso é um tempo de um seminário, não de uma reunião. Então, eu acho que precisamos criar comissão, Grupo de Trabalho, para discutirmos isso, quem se interessar, discutir isso com lideranças que trabalha com cortiço, para termos a informação mais precisa. Esse é meu entendimento. **Sr. Sidney:** Bom, retomando a palavra aqui, eu quero agradecer em nome do CMH, a todos os servidores do DEPLAN, pelo trabalho que foi feito. Esse é um trabalho inicial. Falando agora como Secretário aqui da SEHAB, eu ainda pouco chamei a servidora ali, Juliana, eu perguntei: "Juliana, existe uma comissão interna, e realmente deveríamos promover um Grupo de Trabalho para poder fazer esse acompanhamento". E, obviamente, é assim, não adianta empurrar um monte de coisa aqui no CMH e não termos devolutiva, tem que ter andamento. Ainda pouco um outro conselheiro falou: "Nós temos aqui o trabalho inicial. Qual é o próximo passo?". Então, temos que organizar uma agenda para tratar do assunto. Então, se os senhores estiverem de acordo, pela manutenção e criação de um GT também, para tratar do censo dos cortiços, não fazemos oposição, primamos inclusive que seja montado esse GT e que vocês participem também. Então, se vocês estiverem de acordo, permaneçam como estão, pela criação do GT do censo dos cortiços. De acordo aí? **Sr. Nelson:** Por favor. **Sr. Sidney:** É sobre a criação do GT ou não? Então, agora eu estou assim, eu estou pela deliberação, sim ou não? O senhor já teve a palavra ali e falou na frente. Vamos criar o GT do censo de cortiço, sim ou não? Se estiverem de acordo, vamos criar o censo de cortiço, não tem problema nenhum. Tem uma comissão interna, não é isso, Juliana? Vocês reativaram uma comissão interna? **Sra. Juliana:** Marco, você me corrija se eu falar alguma besteira. Tem a CIRC - Comissão de Intervenção e Recuperação de Cortiços. A CIRC foi criada, Marco, vai me corrigindo, por favor. Ela foi criada há muitos anos atrás, ela foi criada inclusive no âmbito da Lei Moura. É uma comissão só de servidores públicos de diversas Secretarias, e que lá atrás, o que estamos fazendo agora é reativar a discussão, para ver o que seria o campo da discussão ser feita dentro da CIRC. Porque sabemos que a intervenção e recuperação de cortiços não está só dentro da Secretaria de Habitação, temos fiscalização, temos patrimônio, temos uma série de outras questões envolvidas. Então, a CIRC está começando a discutir como é que seria a organização interna da prefeitura, para conseguirmos começar a atuar nos cortiços. Agora, o grupo de acompanhamento não tem nenhuma relação com a CIRC, o grupo de acompanhamento acompanhou toda a elaboração do Censo de Cortiços. Um dos debates que vimos fazendo, eu nem cheguei a discutir ainda com o Secretário, vimos fazendo no âmbito do planejamento, é o quanto isso tem que ter uma participação do grupo de acompanhamento e do Conselho, na elaboração de uma política para os cortiços, que nós hoje não tem recursos para isso, não temos uma organização institucional para isso, mas temos muita informação e muito acúmulo do passado, que não podemos abandonar tudo aquilo que já fizemos. Até a conselheira falou ali quando estávamos conversando: "Os dados, a comparação". Já tivemos atuações no passado, não queremos repetir erros do passado, mas também não quer perder aquilo que no passado já sabemos que foi um avanço. Então, quando o Secretário me chama para perguntar do grupo de discussão, eu acho que seria muito interessante começarmos a pensar no GA como um grupo já sendo, claro, muito atuante já, na participação do desenvolvimento do censo, mas agora de pensarmos se podemos usar esses dados do censo para já pensar uma política, se precisamos ampliar essa pesquisa, como vai ser essa política, recuperar o que já tem no passado. Então, temos muito debate para fazer para desenharmos essa

forma de atuação do poder público. Que não é só no âmbito da CIRC. Então, acho que seriam atuações paralelas. Falei alguma besteira, Marco? Não. Obrigada. **Sr. Nelson:** Eu sou totalmente favorável ao que foi aprovado, ter participação do Conselho no grupo de acolhimento do censo, mas eu concordo com a colega que já dá para aqui avançarmos nas propostas. Então, para mim não ficou claro qual é a instância, se é já nessa comissão intermunicipal, que podemos participar também, acompanhar. Se é criar um grupo, dar atribuições para esse grupo para avançar, para mim isso que não ficou claro. **Sr. Sidney:** É criação de um GT, continua lá o GA do jeito que está criado lá, o CIRC, e vocês vão compartilhar informações e daí propor solução conjunta, para desenvolver a política municipal para os cortiços. Se vocês estiverem de acordo, pela manutenção e criação desse GT, permaneçam com a mão abaixada, se alguém se opor à criação dele, levante a mão, por gentileza, para contabilizarmos. Agora estamos pela deliberação. **Sr. Renato:** O CMH vai criar esse GT, e o grupo de acompanhamento é incorporado? **Sr. Sidney:** Que vão trabalhar em conjunto, aí o GT vocês trabalharam em conjunto, a quatro mãos. Então, fica criado aí o GT, depois, da mesma forma que foi o anterior, os conselheiros, por gentileza, dentro do prazo estabelecido, se inscrevam para depois não termos outra discussão, debate de inscrições posteriores. Você registra aí e vê a data, por favor. Encaminha no e-mail? Então, está bem. Será encaminhado no e-mail, e aí vocês se habilitem aí, por favor. Então, esse tema aqui, muito obrigado, aos servidores do DEPLAN, pela apresentação. Também outra coisa aqui importante, que a Juliana já colocou aqui para nós, em nome da Secretaria de Habitação, no município de São Paulo, nós assumimos o compromisso de divulgação dessas informações o mais breve possível, Juliana, vamos esclarecer e deixar isso para a sociedade, identificando o problema e buscarmos junto a solução. Obrigado. Bom, avançamos aí a pauta, finalizado o Censo de Cortiços. Nós temos aqui o último item da pauta, que são os informes do Residencial Parque do Gato e Olarias, requerido pela COHAB. Nesse momento eu vou pedir a apresentação em tela, e passar a palavra. Então, vou passar a palavra aqui para o Nilson, que ele vai conduzir aqui a fala. Obrigado. **Sr. Nilson:** Boa tarde, a todos. Uma apresentação bastante breve, coisa simples, não é muito simples, mas vamos lá. Na semana passada nós tivemos o episódio de corte de água lá no Adrubal-1 e 2, alguns conselheiros aqui sabem disso. Isso foi sanada essa situação. Eu estou usando o Mário de Andrade para dar um gancho para o Gato e Olarias, que nós temos uma situação lá bastante crítica, a nível de débitos de conta de água, beirando os R\$ 5 milhões. Não sei se as pessoas sabem disso, que a SEHAB e a COHAB estão fazendo os estudos aqui para apresentar uma solução na próxima reunião do Conselho Executivo aqui, e depois expandir para todos aqui. Era essa a minha informação, Secretário. **Sr. Sidney:** Então, algum conselheiro quer fazer alguma colocação? **Sr. Fátima:** Boa tarde, a todos e todas. Meu nome é Maria de Fátima dos Santos, conselheira municipal de Habitação da Sudeste, UMM. Eu queria colocar, Nilson, como você colocou da Adrubal, como está a questão dos elevadores do Adrubal? Porque também temos bastante reclamação sobre isso, queria que você colocasse aqui para nós como está essa questão. **Sr. Nilson:** Fátima, a COHAB fez uma licitação e contratou a reforma de todos os elevadores do Parque de Locação Social, todos os elevadores vão ser trocados, nem é uma manutenção. E depois a empresa contratada vai dar manutenção por cinco anos nisso. Inclusive do Olarias que é histórico, todo mundo sabe que não funciona há alguns anos lá. O contrato está em andamento. **Sra. Maria:** Porque sabemos que no outro Conselho tivemos várias reformas desses elevadores, acho que do Adrubal também houve, dos outros também houve essa reforma. **Sr. Nilson:** Os contratos de manutenção só em andamento e continuam todos. Com exceção do Olarias e tal, que ele é um caso atípico, os outros estão em funcionamento, mas nós vamos trocar todos os elevadores do Parque de Locação Social por mais moderno e menos manutenção. **Sr. Sidney:** Mais algum conselheiro? **Sr. Nunes:** Boa tarde, pessoal, a todos e todas. Nilson, não ficou claro para mim, pelo menos, o que é o informe. O seu informe é o que na próxima reunião vai haver uma proposta em relação às contas de água e energia desses empreendimentos, é isso? O informe é o que vai vir uma proposta depois, é isso? **Sr. Nilson:** Nunes, eu só estou dando uma ciência disso, porque houve um corte lá, e nós vamos tomar ações entre o Gato e Olarias, independente da ação da conta de água e outras ações. **Sr. Sidney:** Então, vamos lá, outros assuntos, então, é isso? Vamos lá, então. Pessoal, item 6. Está aberto, então, a outros assuntos. A palavra está com o conselheiro, primeiro pela ordem, o Max. Que levantou primeiro foi o Max? Então, vai lá. **Sr. Maksuel:** A questão de educação e gênero, pode passar o microfone para ela, por favor, para ela fazer as colocações, depois eu faço. **Sr. Fátima:** Bom, primeiro eu tenho duas colocações para colocar. Uma é a questão do GT do Pode Entrar, que era uma questão que nós já tínhamos falado na outra reunião do Conselho. Foram montados os dois GTs e não foi montado o GT do Pode Entrar. Então, eu queria pedir aqui para o Secretário e para todos que estão aqui, que consigamos montar o GT do Pode Entrar, para conseguirmos esclarecer as coisas que estão aqui dentro do próprio Conselho. Então, isso é já uma colocação que estão colocando. E a segunda colocação, que eu gostaria muito que o Secretário pudesse nos explicar aqui um pouco, na questão de novas terras, novas áreas estão sendo compradas e colocadas. Inclusive passou no Fundo, e temos visto algumas áreas sendo compradas e sendo colocadas para HISs em algumas regiões. E nós queremos aqui, eu quero aqui entender para quem vai ser passadas essas terras, se vai entrar nos próximos editais, como vai ser essa questão. **Sra. Vera:** Verinha, Movimento de Moradia, zona Oeste, UMM/SP. Também a respeito do Programa Pode Entrar. Não sei se a maioria dos conselheiros e todos que estão presentes aqui na reunião, tem acompanhado essa questão do repasse da medição das estas. O que tem

acontecido? Atraso. E sabemos que a partir do momento que faz a medição e que entrega a pasta, tem até dez dias para as entidades, associações receberem. Isso não está acontecendo. O pior de tudo é que está sendo cobrado juros, é óbvio que quando alguém fica sem receber, o fornecedor, o que ele faz? Cobra juro, juro e juro. E quem que está assumindo e pagando esses juros são as famílias, porque a COHAB não aceita, e a COHAB glosa. O que é glosar? A COHAB fala: "Não, problema de vocês, vocês têm que pagar. Mandamos comprar isso, é isso, se pagou atrasado, é problema de vocês". E isso, gente, tem acontecido com várias entidades. Então, temos que arrumar um jeito, porque assim, não é justo ter atraso da liberação de medição, aonde as entidades entregam a pasta, faz aferição e a COHAB cobrando das famílias que tem que pagar os juros. Então, isso tem acontecido e temos que arrumar uma forma. Recentemente, agora tem a associação, se quiser se manifestar, eu gostaria, seria bom para não achar que a Verinha está falando mentira, que está com quase dois meses sem receber e vai ter glosa. Por quê? O fornecedor vai cobrar juro. E aí quem que vai ter que pagar são as famílias. Se nós estamos falando que a família é de baixa renda, que é atendimento para a família de baixa renda, como que você obriga a família, que a COHAB não aceita os juros? Então, isso tem acontecido, tem associações que estão aqui, e temos colocado isso nas pautas da União, e nas reuniões com o Secretário, inclusive segunda, ontem nós fizemos um ato na prefeitura, e fomos recebidos, o Tiago, eu achei que ele está presente aqui hoje, ele ontem esteve juntamente com a Casa Civil, conosco, e colocamos essa questão, que estamos muito preocupados com isso. Isso não é um problema da União dos Movimentos de Moradia, nós estamos falando de todas as entidades que tem já assinado que está acontecendo isso, gente. Então, temos que abrir o olho, porque está feito isso. Muito obrigado. **Sr.ª Fátima:** Então, acho que o que a companheira Verinha falou é uma coisa muito séria. Primeiro, que estamos pagando esse juro devido ao tempo de pagamento de atraso. O Pode Entrar é um programa que que discutimos bastante, e colocamos isso que seria uma grande dor-de-cabeça para nós, que seria medida obra e não medida nota fiscal, e hoje está medindo nota fiscal. Então, vou dar um exemplo nosso, nossa prestação de contas foi colocada dia 2, já estava tudo lá, foi dado um parecer dia 14, 14 dias depois, e depois aí tem os coisas da bendita da glosa que gerou o que nós pagamos, que não foi culpa da entidade, e sim porque se não tivémos comprando e pagando para os fornecedores parcelado, de 30 a 40 dias, não constrói obra, porque o valor é mínimo, é muito pouco, e não está dando para comprarmos material à vista, como deveria ser feito, de pedir, comprar, chegou e pagou, não tem como. Se fomos comprar material à vista, não estaríamos nem no quarto piso até agora, nós estamos no décimo terceiro piso, mas nós estamos assim descabelando, porque quando recebemos, já está devendo o dobro. E quando vamos pagar, vamos pagar com juros. E mais, pagamos o juro para o fornecedor e tem que devolver o dinheiro para a COHAB, porque se não devolvermos aquele dinheiro de juro para o fornecedor, e não recebemos, e aí gera mais juros ainda, porque esse dinheiro não vem de lá do valor da parcela, esse dinheiro temos que pedir para as famílias, para as famílias pagarem, porque se as famílias não pagarem, não recebemos a bendita da parcela. Então, é muito complicado, é uma coisa que já discutimos sobre isso e vem a mesma coisa do mutirão há 25, 30 anos atrás, que é um absurdo! Nós estamos no ano 2024, e nós estamos voltando há 30 anos atrás, com esse bedito dessa parcela de questão de juros. E aí vai para a conta da COHAB, quando deveria voltar para a conta da associação ou para a conta do fundo, nós não estamos vendo na conta do fundo, estamos depositando na conta da COHAB. Obrigado. **Sr. Maksuel:** Vou até pedir para que as conselheiras pudessem colocar, eu colocar aqui a observância aqui para todos os conselhos a sensibilidade, porque é até importante ouvir isso da conselheira, a conselheira e seu movimento de luta por moradia, ainda está construindo, tem movimentos que nem começou a construir. E tem outros movimentos com promessas de atendimento habitacional e lutas antigas dentro das suas regiões, promessa que fora passada por várias gestões de governo, promessas de luta que o movimento que fez, e aí esses empreendimentos foram enquadrados e começado a construir pelo próprio município, e quando é para atender às demandas do movimento, inventam uma justificativa mor e a demanda do movimento não a justificativa por quem está, é uma justificativa colocada pelos contratos do parque e outros empreendimentos, que não atendem às demandas que lutou por aquela área originária. Dentro disso, venho trazer aqui ao Conselho, em observância e sensibilidade a todos, com permissão aqui ao Secretário, com permissão ao Nilson, que está representando a COHAB, para eu apresentar esse documento: "A presidência do Conselho Municipal de Habitação, ao Sr. Secretário de Habitação municipal de São Paulo, Milton Vieira Pinto, ao Sr. Sidney Neri e demais conselheiros e COHAB. O Instituto Social Minha Heliópolis, representado pelo MSTI - Movimento Sem Teto do Ipiranga...", não vou ler o cabeçalho aqui, que não precisa. "Vem, respeitadamente à presença do senhor, ao benefício de cerca de 3 mil famílias que atende, pleitear a área municipal denominada Estrada das Lágrimas, para construção de unidades habitacionais em favor dessas famílias vinculadas ao movimento. Em março de 2003, o Movimento Supra iniciou as atividades para defesa de famílias que ocupavam áreas pertencentes à Sabesp, situada na Avenida Almirante Delamare, nº 3000. Juntamente com outras associações locais, trabalhou no sentido de evitar ações de população, da comunidade de Heliópolis, que deveriam...". Eu vou colocar aqui a palavra "invasão", porque nesse caso é invasão, ocupação é quando não cumpre a sua função social. "Invadir área para construção de moradias. Sob o argumento que já haviam tratativas com a Sabesp, envolvendo outras entidades do poder público, no sentido de destinar área para a construção de unidades habitacionais de interesse sócia". Então, nós impedimos porque

tinha compromisso que aquela área seria para construir unidades habitacionais de interesse social. Fizemos um impedimento lá atrás e tomamos na cabeça na frente. Mas, está bom. Em meados de 2007, foi anunciado pela Prefeitura de São Paulo, em parceria com o governo do estado, com o Governo Federal, a construção do empreendimento habitacional no local, que posteriormente seria conhecido como "Redondinhos", pelo falecido Yotaki, que teriam unidades destinadas para as famílias do movimento. No início de outubro de 2011, foram entregues as primeiras 162 unidades habitacionais, com 50 metros de área privativa, no empreendimento. Então, denominado Sabesp-1. No entanto, malgrado a existência de um acordo com o movimento, nessa primeira entrega, nenhuma família do movimento e nem um outro movimento foi contemplada, a justificativa da municipalidade era a necessidade de abrigar famílias que haviam sido removidas de suas casas em Heliópolis, para que fosse aberta a frente de obra para o projeto de urbanização da comunidade. Em 20 de setembro de 2012, a Secretaria Municipal de Habitação, representada por eles a Bete França, então secretária-adjunta de habitação, e superintendente municipal de habitação, formalizou o TID nº 159455/1987, reconhecimento da participação do movimento na conquista do terreno da Sabesp, e na produção do empreendimento autorizando o movimento apresentar demanda habitacional para contemplação definitiva, passando a integrar no programa parceria social. Após a alternância da política no comando da prefeitura, o movimento procurou diversas vezes, entre 2013 e 2016, o Sr. José Floriano de Marques Neto, então, titular da pasta de habitação. Visando o cumprimento os acordos realizados com a municipalidade. No entanto, a nova gestão não deu continuidade na política habitacional anterior, e não terminou as unidades do empreendimento Sabesp que estavam previstas. Já haviam tido obras iniciadas, que acabaram sendo ocupadas por populares, sem que a municipalidade naquela ocasião fizesse algo para impedir. Começou a construção das unidades, não terminou a construção das unidades, famílias locais ocuparam o empreendimento, no primeiro empreendimento nós não recebemos unidade habitacional, no segundo empreendimento nós não recebemos unidade habitacional, fizeram o acordo com o PAC, nós não recebemos, vocês sabem como funciona o acordo com o PAC, é dentro da área de remoção, não recebemos unidade habitacional. As famílias ocuparam, nós ajudamos a municipalidade a conscientizar as famílias, as famílias saíram do empreendimento, na terceira vez que foi entregar não recebemos unidade habitacional no empreendimento. No entanto, a nova gestão não deu continuidade da política habitacional... Isso já foi lido. Essa definição prejudicou o processo natural de entrega das unidades, mesmo após a retomada das obras. "Em 2016, no final da administração, após novamente ter sido procurado pelos representantes do movimento, a administração municipal entregou a lista de prioridades de atendimento ao Ministério Público, no qual não constava os nomes das famílias representadas pelos movimentos. A justificativa foi que o enquadramento do empreendimento PAC - Programa de Aceleração do Governo Federal, cujas diretrizes visavam apenas famílias removidas pela frente de obra do município". Nós fizemos um acordo para abrir a frente de obra do município lá, conversamos com as famílias em área de remoção. Nós, associações, fomos lá e conversamos com a família, André, falamos: "Tem que tirar, vai remover, vai para esse empreendimento, depois o que for utilizado, que foi contra o empreendimento, que não poderia ser aceita a demanda do movimento, porque teria que atender às demandas que o movimento ajudou tirar. Então, fica difícil. Vamos ler aqui e terminar o texto. Desculpa aí pelo conteúdo. "Em março de 2017, após nova alternância política no comando do município, portanto, fora de qualquer período eleitoral, então em janeiro o prefeito João Doria esteve presente no evento ocorrido na região, ocasião que declarou expressamente o compromisso de destinar a área denominada Estrada das Lágrimas, e unidades habitacionais pulverizadas em outros empreendimentos, ao movimento". Está aqui a foto do evento que ele esteve lá. Que constam no documento que foi encaminhado ao Ministério Público, só para fazer constar aqui e saber. "As obras do empreendimento foram retomadas, e os representantes do movimento reuniram-se, então, com o Secretário de Habitação, na época, Fernando Chucri, que pediu para que fossem apresentados todos os documentos comprobatórios, das condições das famílias para o atendimento habitacional e providenciar que seja integralmente cumprida. Após análise dos documentos, foram emitidos e entregues termos de atendimento habitacional definitivo, expedidos cujo o número do CI nº 64/201811.4, no que pode serem apresentados oportunamente, dando garantia do atendimento habitacional em futuras unidades. No entanto, em novembro de 2017, foram entregues mais 240 unidades do empreendimento Sabesp, sem que nenhuma família do movimento fosse contemplada, a situação que voltou a se repetir, recentemente. Já sob administração do prefeito Bruno Covas, com a entrega de mais 240 unidades no período. Mais uma vez as famílias não foram atendidas. Situação tem causado enorme frustração as famílias, ressaltando invariavelmente no descrédito das lideranças, que empreende tempo, esforço, construção desses compromissos, que não são atendidos pelo governo. Nesse sentido, a considerar tanto as manifestações verbais ao prefeito, em março de 2007, quanto a manifestação impressa à Secretaria Municipal de Habitação - COHAB, o nosso entendimento é o quê? Diante de todo o exposto, demonstrando a existência de compromisso da municipalidade, em caráter vinculante, esse movimento vem reiterar o pedido de vinculação da área denominada Estrada das Lágrimas, requerendo que as unidades sejam construídas por meio do Programa Pode Entrar, na modalidade entidades, por meio de parceria firmada com a COHAB, no âmbito do respectivo programa que tal solicitação seja aprovada neste Conselho, do qual sou presidente e faço parte". Então, esse é o documento, vou entregar uma cópia

para o Sidney Neri, vou entregar uma cópia em nome do Nilson para o João Cury, para que seja passado e aprovado por este Conselho aqui, esse referido documento. Porque não dá mais para segurar essa situação. O movimento luta, o movimento se esforça, o movimento está no local, tem o terreno da Petrobras, tem o terreno da Estrada das Lágrimas, tem o terreno da SEMAP, tem vários terrenos. Ai quando constrói as unidades habitacionais de acordo, vai nossas famílias que são atendidas: "Ah, tem o projeto de urbanização, tem que atender a família que está no Bolsa-Aluguel". Mas as nossas famílias que pagam aluguel, que estão nos movimentos, elas não têm frente de obra, elas não podem ser contempladas, porque sabemos como que é a contemplação dentro da questão do Bolsa-Aluguel. Ai eu peço, essas famílias vão ser contempladas quando? Nós estamos lutando para quem na região? Então, eu peço que os senhores aqui, o Conselho, que é soberano de direito, que é deliberativo, possa apreciar esse documento e possa fazer as deliberações legais. Muito obrigado, a todos. Uma boa tarde. **Sra. Nair:** Boa tarde, a todos. Nair Delatin, conselheira titular. Eu só queria fazer duas colocações em cima da colega que colocou sobre o Pode Entrar, para que estar esclarecendo. Eu acho fundamental que se cria-se a comissão para acompanhar o Pode Entrar. O que precisamos só diferenciar, é que o Pode Entrar, o Programa Pode Entrar tem várias modalidades, e o Pode Entrar Entidades tem duas modalidades, que é o Cogestão e o Mutirão. Quando era Minha Casa Minha Vida, em 2015/2016, quando a maioria participou da concorrência da seleção pública, não estava determinado que seria, se era Mutirão ou Cogestão, porque isso veio depois. Mediante ser aprovado, o Minha Casa Minha Vida não avançou, avançou o Pode Entrar, e que todos nós conhecemos a história e a luta. Então, quem decidiu pelo Pode Entrar Entidades, quem decidiu pelo Cogestão, nenhum momento, eu preciso deixar isso claro, porque na fala da colega dá impressão que as famílias tem que contribuir com algum recurso. No Cogestão isso não acontece, nenhuma das famílias têm a obrigação ou o complemento de verba, isso não acontece, acontece, não sei também na questão do mutirão, eu ouvi a fala dela agora. Então, acho fundamental que se crie-se uma comissão sim para acompanhar o GT, e que se tenha aí diante de todas as modalidades, que consigamos colocar um representante, para que consigamos compreender em cima daquilo que a Verinha falou também, que tem as dificuldades ai de recursos, enfim. Todos nós estamos com dificuldade de recurso, principalmente início de ano, nenhuma medição foi paga ainda, mas eu só queria colocar a diferença do Pode Entrar Entidades Cogestão e Mutirão. **Sr. Aginaldo:** Aginaldo, conselheiro municipal, presidente da ANESF - Associação Nova Esperança São Francisco. Nesse Grupo de Trabalho eu acho que também referente aos recursos de cada programa, de cada modalidade. O Conselho, como é deliberativo e consultivo, ele deveria opinar ou deveria, pelo menos, saber a questão do recurso, quanto que está do recurso para a modalidade entidades, quanto está de recurso para a modalidade... Cada modalidade nós deveríamos saber quanto tem de recurso e está destinado quanto para cada modalidade. Eu nunca fiquei sabendo aqui dentro deste Conselho, estou há um ano aqui, sei que tem esse recurso. Mas quanto tem para a modalidade Pode Entrar, quanto tem empenhado para a próxima modalidade do edital? Então, acho que dentro desse grupo, ou apresentar na próxima reunião como pauta, trazer alguém que possa explicar na questão do recurso ai para o Conselho. **Sr. Maksuel:** Em respeito aos companheiros ai, eu concordo plenamente com o que está sendo colocado, porque as famílias em hipótese nenhuma podem ser prejudicadas. Acho que o Conselho, como ele é deliberativo, tem a executiva, isso tem que ser conversado com os Secretários, tanto o Sidney, quanto o Milton, quanto o presidente da COHAB, para que essa equação seja sanada. E aí se tiver que ter, e vai ter certo apoio do Conselho, jamais o Conselho vai, eu espero que vai aprovar ou vai falar que as famílias têm que ser penalizadas por um erro técnico. As famílias nem tem entendimento. Ai novamente eu vou voltar a falar, no final quem sofre é a liderança. Como que a liderança justifica isso daí para os seus associados? Então, acho que tem que fazer vista sim a isso, tem que ter uma reunião técnica para explicar, e aí trazer os técnicos da COHAB, trazer os técnicos da Secretaria, colocar as pessoas na mesa e explicar certinho o que está acontecendo e achar uma solução, não deixar passar em branco essa situação. **Sr.ª Fátima:** Só para colocar, companheira, as famílias não estão pagando recurso dela, só que quando se paga uma nota atrasada devido a não ter recebido em dias, aquele valor que é cobrado do boleto de juros, a COHAB também paga para a empresa e depois temos que devolver aquele valor para a COHAB. E nós não podemos devolver do dinheiro que nós recebemos. As famílias têm que pagar esse dinheiro. Entendeu? Nós não temos fluxo de caixa, nós não somos empresa para ter dinheiro em caixa, que pega esse dinheiro, o valor é compartilhado com as famílias. E só temos congestão e autogestão para HIS, para família de baixa renda, congestão é construtora e autogestão são as entidades contratadas que dirige. Então, esse dinheiro é o valor de boleto que é cobrado os juros, que temos que devolver esse valor para a COHAB, ou a gente não recebe. Só uma questão de esclarecimento. **Sr. Sidney:** Nunes, você tem a palavra ai. **Sr. Nunes:** Primeiro, concordar aqui, apoiar a sugestão das companheiras e dos companheiros, em relação à criação do GT do programa. Acho que é bem importante. Nair, acho que precisa ser um GT para acompanhar o programa inteiro, o Pode Entrar como um todo. Nós, enquanto conselheiros, temos como função fiscalizar e acompanhar a execução dos programas habitacionais e tal. E aí como o colega aqui falou também, é importante vermos bem como que está a distribuição dos recursos, a previsão dos recursos para o programa, para entendermos inclusive a saúde financeira do programa, se as obras que estão prometidas estão contratadas, estão, de fato, com perspectivas de viabilizar, enfim. Então, total apoio aqui à reivindicação que os conselheiros anteriores fizeram aqui. E aí a minha questão vinha um pouco

também nesse sentido, os companheiros da União dos Movimentos de Moradia fizeram um ato ontem, conversaram com o chefe de gabinete aqui da Secretaria, com o pessoal lá da prefeitura e tal. E nos foi informado que teve uma reunião do FUNDURB na terça-feira, se eu não estou enganado, e que essa reunião entrou na pauta um aporte suplementar de recursos para o Pode Entrar. Por quê? Porque tem uma grande preocupação que faz jus, inclusive, essa discussão que a Fátima está trazendo, tem uma grande preocupação aqui sobre uma falha, uma falta de recursos para o programa aqui nesse ano de 2024. Então, algumas obras que estamos assessorando, apresentamos a medição lá no início do mês, e recebemos a notícia que: “Olha, a medição está aprovada, está tudo certo e tal, só que o programa está sem recurso para pagar agora, a COHAB está sem recurso para conseguir pagar as medições”. E aí, no nosso entendimento, a solução está vindo aí desse recurso do FUNDURB. E aí algumas perguntas, que eu acho que era importante fazermos aqui para a mesa. Primeiro, se houve essa aprovação do FUNDURB, confirmar se houve essa aprovação do recurso do FUNDURB. Qual o valor dessa aprovação, e o que esse valor, o que esse montante de recurso paga. Ele é suficiente para garantir a construção de todas as obras do Pode Entrar que estão em andamento? Ele é suficiente, temos alguns projetos, só de parceiros nossos vimos, pelo menos, cerca de 2 mil unidades que estão em fase final de aprovação do projeto, prontas para contratar agora no primeiro semestre. Esse recurso que veio também é suficiente para contratar e viabilizar o recurso desses novos projetos? E ainda mais, o Secretário apresentou ontem, nessa reunião, que a SEHAB e COHAB está com uma pretensão de lançar um novo edital do Pode Entrar, para contratar novas unidades, aqui inclusive a que os companheiros aqui apresentaram, a partir de abril. Então, percebemos, fica feliz, inclusive, com essas notícias de que o município, o município de São Paulo está construindo um grande programa de habitação, só que precisamos, por outro lado, ficamos preocupado quando entregamos uma medição de uma obra que está andando, que está caminhando e tal, e falamos: “Poxa, não sabemos se vamos conseguir pagar e tal, talvez tem que esperar um pouco mais”. Então, enfim, acho que um pouco essas questões que eu queria trazer aqui. Obrigado. **Sra. Renata:** Renata, conselheira suplente, pela Assessoria Ambiente. Eu queria reforçar essa última fala do Nunes, que eu não sei se todo mundo tem conhecimento das regras do Pode Entrar Entidades, mas quem opta por autogestão, que é quando a associação tem autonomia e controle sobre todos os processos de contratação, a liberação financeira é antecipada, porque a associação não tem dinheiro para tocar uma obra, uma obra custa milhões por mês, uma associação não tem milhões por mês, e acho que é algo que não deveria ter mesmo, é algo normal. Então, quando ela entrega, faz a medição física e entrega a prestação de contas no comecinho do mês, teoricamente, e muitas vezes, na prática, ela gastou todo o dinheiro que ela recebeu para executar aquele serviço. Então, a partir do dia 2 ela começa a fazer serviço com R\$ 0 na conta. E a obra tem que continuar. Então assim, essa obra que tem R\$ 0 na conta, ela precisa seguir. A prefeitura, se formos ler o decreto do Pode Entrar, ele fala que em dez dias, você entregou, em até dez dias, se não houve nenhuma resposta sim ou resposta não da análise de documentos, a COHAB deveria fazer a liberação financeira, ainda assim já seriam dez dias sem dinheiro na obra, um terço do mês. Já é um absurdo! Mas o que estamos falando aqui são 30 dias sem recursos em obra, pagamento é adiantado. Então, os juros que a Fátima está reclamando, ela está tendo que pagar uns juros de algo que é de responsabilidade da prefeitura, a prefeitura está gerando os juros dela, e não a própria associação ou problema da administração da obra. Por isso que é tão grave. Então, um programa que não atende à própria modalidade, não segue o próprio decreto. E aí nesse sentido, só reforçando a importância de ter um GT do Pode Entrar, para aprofundarmos essas discussões, e aprimorar essas regras, validar algumas, fazer elas valerem a pena e aprimorar as outras, que na 5ª Reunião Ordinária, que eu até mencionei, eu e o conselheiro Nunes, fizemos um pedido de pauta, para que fossem apresentados os projetos contratados, as suas modalidades, número de unidades e os valores que envolvem isso. Até onde compreendemos, isso não foi apresentado, isso não foi sanado. Então, ninguém sabe aqui quantos projetos têm, quanto isso envolve em recursos. Não sabemos, vamos saber um mapa que cita que está em andamento e tal, mas lá eu nem consigo identificar quem é entidade, quem é construtora e quem é aquisição direto da prefeitura. E o decreto do Pode Entrar, e temos que se apegar em alguma coisa para discutir isso. Então, existe um decreto que ele fala assim: “40% das unidades tem que ser para os movimentos de moradia, 40% dos investimentos para as construtoras, 20% para a prefeitura na aquisição própria, na construção própria”. Está sendo respeitado isso? Não fazemos ideia, porque não tem nem base para discutir. Não fazemos ideia. Então, eu acho que algo que vai embasar nossa discussão dentro desse GT, e é de extrema importância, senão ficamos só especulando, é saber quais são as obras contratadas e quais são as modalidades e quais são as unidades, quais os valores envolvidos. Tem dinheiro para as obras contratadas? Tem dinheiro para as que estão? Tem obra que está na boca para começar a construção, mas aparentemente não tem dinheiro. Então, é isso que precisamos saber com total clareza. Então, meu pedido é reforçar a importância do GT, e que tenhamos esclarecimento, tenha uma apresentação quanto quais projetos estão contratados, em quais modalidades, quais os recursos envolvidos nas contratações e quanto temos de recurso para contratar mais. É isso. **Sra. Vera:** Então, gente, acho que muitos aqui viram que eu fui ali, Maksuel, fui ali conversar com o Maksuel um pouquinho, porque eu escutando a história do Maksuel, é igualzinho o que está acontecendo conosco aqui dentro, Maksuel. Levamos um pato, fomos enganados. Por quem? Alguém tem que responder, eu acho que esse alguém temos que ter capacidade aqui de arrumar esses erros cometidos, independente

de gestão, mas o que não é justo, são famílias que fizeram a luta e que tem documentos, documentado, temos documento também de 2009, protocolado, dizendo que a pessoa continua trabalhando aqui na Secretaria, onde famílias foram removidas com acordo, abriram mão do auxílio aluguel, isso em 2009, abriram mão do auxílio aluguel para serem contemplados na Ponte dos Remédios. Não é família inventada, e hoje se não pode atender. Isso desde 2009. Então, Maksuel, somos solidários também a essas famílias. Secretário, temos que pôr a mão na massa, não dá para ficarmos desse jeito, famílias que já morreram. E esses documentos que nós temos, que o Maksuel tem e outras entidades, tem que ser atendido. Porque hoje o que está sendo feito, essas PPPs, que são as Parcerias Pública Privada. Como que está isso? Tanta gente querendo casa, tantos apartamentos sendo construídos e não conseguimos elencar a demanda. Então, sou solidária sim. A Kátia sabe, 150 famílias que saíram da Marginal em 2009, tem fotos, tem documento, tem documento assinado pela Bete França, vou colocar. Temos documentos assinados em 2009. Fizemos acordo, tiramos o povo de lá, não recebeu auxílio-aluguel, e hoje diz que essas famílias não podem ser atendidas. Então, temos colocado na pauta, e que fique registrado. Eu acho que tem outras demandas, o Maksuel falou, nós também falamos e queremos discutir aqui para onde que vão essas demandas, queremos saber e queremos que garanta essas pessoas que estão na luta há muito tempo. Só isso. **Sr. Antônio:** Boa tarde, a todos e todas. Toni Matos, conselheiro municipal. Secretário, eu gostaria que você pudesse estar falando sobre esse novo edital que nós estamos ouvindo a promessa de publicação do mesmo, desde 15 de dezembro, que o prefeito ficou de fazer essa publicação. E também gostaria de sugerir aqui para os demais conselheiros, que pudessemos colocar na executiva agora, como pauta, que alguém do FUNDURB viesse aqui falar sobre essa questão dos recursos, porque o que a Fátima colocou aqui é uma situação difícil, e nós que estamos à frente das entidades, sabemos como que é essa cobrança dos moradores, porque existe aí um projeto, existe recurso e esses recursos precisam chegar na data correta, conforme está no edital, porque isso tem gerado problemas para diversas entidades. Diversas entidades conversam conosco, conselheiros, questionando se existe recurso hoje no Pode Entrar, devido à essas situações que a Fátima apresentou, e outras entidades têm nos questionado sobre isso. Então, eu gostaria de sugerir aqui para os conselheiros que fosse colocado na pauta da executiva, essa questão, para que alguém do FUNDURB venha aqui falar sobre esses recursos e possamos ter esses esclarecimentos para todos aqui. **Sra. Vani:** Boa tarde. Meu nome é Vani Poleti, eu sou suplente da companheira Sheila, da zona Sul, UMM. Primeiro eu quero dizer, fazer uma fala de repúdio, pela ausência do Secretário de Habitação. Este Conselho, aonde agenda está discutindo melhoria de proposta, encaminhamento de programa, a presença do Secretário é fundamental. Então, eu quero fazer essa fala de repúdio. Além das questões que foram colocadas aqui e dos problemas que as entidades vêm enfrentando do Pode Entrar, eu quero colocar uma outra questão que é muito importante discutir neste Conselho, que são os aportes para a retomada da Minha Casa Minha Vida e das entidades que tem projetos a serem contratados ainda esse ano. E dizer que o aporte do Governo Federal é fundamental para essas entidades que vai contratar o projeto do Programa Minha Casa Minha Vida. Existe aí um valor do Governo Federal, e já temos sinalizado o aporte do governo do estado, mas queremos também discutir aqui mais um complemento do governo municipal, porque com os valores que tem, ainda não conseguimos construir, devido aí a cessão aí do mercado construtivo, que aumenta cada vez que puxamos uma planilha do SINAP, não conseguimos fechar a planilha financeira para apresentar para a superintendência da Caixa Econômica. Então, eu estou falando aqui em nome de todas as entidades que tem projetos a serem contratados, para discutirmos aqui no Conselho o aporte do governo municipal. E com proposta de valor, pelo menos, de R\$ 35 mil a R\$ 40 mil o aporte do governo municipal. É isso que eu quero colocar. Muito obrigada. **Sr. Sidney:** Mais algum conselheiro requer a palavra? **Sr. Miguel:** Secretário, tenho uma dúvida. Tem uma planilha, é o Plano Anual de Aplicação 2024, aí eu precisei, olhando isso aqui eu fiquei assustado, e aí eu preciso saber se é um erro de digitação ou se é um equívoco meu, eu não sei. Está nessa planilha aqui: “Objetivo, Plano Anual de Aplicação 2024, recurso 2024. Primeiro da lista aqui, Pode Entrar Entidades, HAB, que eu não entendo o que é a sigla, 30%, R\$ 1 mil para 2024”. A minha pergunta é a seguinte, já que estamos falando do Pode Entrar, isso aqui é um erro de digitação? Mas está aqui e está no site da Secretaria. Obrigado. **Sr. Sidney:** Bom, primeiro deixa eu só fazer algumas colocações para vocês, é impossível responder a todos, porque realmente foi muita colocação aqui, e é difícil. Mas normalmente quando falamos de recursos, todos nós, na fala de vocês envolve recurso, é dinheiro, é dinheiro, é dinheiro. Quantos de vocês estiveram presentes na discussão do orçamento da Câmara Municipal, para 2024? Quantos? Levante a mão, por favor. Quantos? Conta aí para mim, que eu não consigo enxergar aqui atrás. Meia dúzia de pessoas. Meia dúzia. Lá que é o foro adequado para exigirmos, pessoal, recursos, é lá que temos que pedir o dinheiro para vir o empenho para as Secretarias, para vir mais moradia. Lá na Câmara Municipal eu fiz uma apresentação e requerendo inclusive 30% a mais de orçamento do que foi 2023, 30% a mais! Eu pedi recurso a mais, representando a SEHAB, recurso a mais para fazer mais moradia. Estou certo, Maksuel? Você estava lá presente. Então, lá nós fizemos o quê? “A SEHAB precisa de mais dinheiro, precisa de mais recursos”. Só que o orçamento já foi definido. Quando você fala aqui que tem R\$ 1 mil em uma rubrica, eles colocam R\$ 1 mil porque não abriu ainda, efetivamente, o orçamento, e eles colocam isso para não perder a rubrica. Então, coloca lá no empenho de R\$ 1 mil, não significa dizer que são R\$ 1 mil que vão ser gastos ali. Entendeu, pessoal? É isso, inclusive foi explicado lá no orçamento. Está certo, Maksuel?

Então, é isso que acontece, essa é a resposta para você. E também assim, com relação ao Pode Entrar, eu me lembro, posso até estar um pouco fraco de juízo, mas assim, é um programa dinâmico. O ano passado, nesse CMH foi requerida uma apresentação do Pode Entrar, foi feito, ok, perfeito, mas foi feito. Nós queremos mais? Vamos ter que criar o GT? Perfeito, estou de acordo plenamente. Foi falado sobre esse assunto das entidades, com relação que a COHAB analisasse a situação. Então, nós temos que trazer uma devolutiva da COHAB para o Conselho. Entendeu? Ninguém aqui é contra não, estamos aqui a favor e fazer o negócio andar, só que temos que colocar, porque aqui eu estou vendo o seguinte, que temos 1 mil problemáticas e estamos sem solução para as 1 mil problemáticas, também muita coisa ao mesmo tempo. Então, vamos definir as prioridades, tudo aqui é prioridade, todo mundo quer colocar prioridade, e o que nós estamos discutindo aqui, gente, é orçamento. Você veja que coisa, você falou: “Poxa, eu estou com esse problema aqui”. Ele aí, na fala do Maksuel não foi contemplada há muitos anos, há décadas, nem começou o empreendimento dele. Olha o problema dele, a gravidade dele. Imaginem ele como liderança. Vocês falaram, agora eu vou falar um pouquinho. Então, imagina ele como liderança, ele enfrenta lá, a mesma coisa que vocês enfrentam aí, eu me coloco no lugar de vocês, não estou contra isso não, vocês estão certos. Só precisamos canalizar a solução, trazer as pessoas aqui para propor, ver o que está acontecendo e buscar a solução. É isso que vocês vão ter da minha parte. Com relação à ausência do Secretário Milton Vieira, ele não se faz presente, porque ele está em outra agenda também, dividimos as agendas. Então, é difícil. Mas assim, tendo a oportunidade, eu vou pedir para que ele venha aqui, não tem problema nenhum. Não estamos nos furtando a atender as pessoas, a atender as reivindicações, o Conselho Municipal de Habitação é soberano, e aqui é a oportunidade para que consigamos fazer através da diferença, buscar soluções para a cidade. Entendeu? Então, eu acho que eu compartilho do que vocês falaram, é difícil responder todo mundo no detalhe, porque foi muita coisa falada ao mesmo tempo. Mas fica aqui o compromisso e até o requisito, por exemplo, falou-se do FUNDURB, é um fundo que coloca o dinheiro lá, mas tem outras fontes que colocam o dinheiro no Pode Entrar, não é só FUNDURB. Você tem a Fonte Zero-zero, que é o Tesouro, você tem o FMSAI, você tem vários fundos. FUNDURB é um só, não é convocar o FUNDURB. Isso aí temos que ver de onde estão vindo os recursos, pedir uma apresentação de um representante da Fazenda, aí ok, estamos vendo o projeto como um todo. Tem que olhar dessa forma, não simplesmente direcionar a um fundo. Olha, vai falar o seguinte: “O que vocês pediram lá, que foi requisitado pela Secretaria, foi atendido”, é isso que o fundo vai falar, “foram esses empreendimentos aqui”, ele vai justificar. E não é isso que nós queremos, nós queremos a solução macro, e a solução macro passa o quê? Por um GT, talvez, solicitar informações adicionais: “COHAB, me traga isso”. Então, temos que ver dentro do que vocês pontuaram aqui, organizar aqui o pessoal da Secretaria do CMH, organizar essas pautas e convocar as pessoas e trazer as informações. Eu acho que tem que ser convocado sim. A reivindicação eu acho, não, eu concordo plenamente, é justa, é válida. E tem que colocar isso aí dessa forma. Tem que superar os obstáculos jurídicos que houver, Max, tem tudo que você falou aí sobre a questão do PAC e tudo mais, mas a sua reivindicação é uma reivindicação justa, pelo tempo que você está aguardando. Eu imagino o que vocês estão enfrentando aí na ponta também, como lideranças. Então, não estou me opondo não, eu só acho que temos que organizar os trabalhos. Porque assim, nós fomos metralhados em um monte de outros assuntos, mas não damos encaminhamento, todo mundo falou, falou, falou, mas e aí, qual o próximo passo? Então, tem que organizar essas reivindicações de vocês, para que faça via Secretaria os chamados, convocação dessas pessoas, para podermos tocar a pauta. Está certo? Eu não sou contra não, sou a favor, só que tem que organizar. Organiza a pauta aí na Secretaria do CMH. Na minha pauta aqui não constava nada disso. Pela ordem. Pela minha fala aqui, e foi organizada hoje aqui, Maria Helena e a Mônica, não está aqui, não consta isso aqui. Eu sei, mas eu assim, eu estou tomando ciência oficialmente disso aqui, Max, hoje, assim como todas as outras considerações que foram feitas. E aí o ideal disso aqui é constar na pauta, para podermos discutir. Aí tem que organizar para ir para a Executiva. Então, organiza e vai lá. Você tem que fazer igual o Max, faz uma justificativa aqui, igual ele fez, e traga aqui, não tem problema nenhum para apreciar. Agora, para a próxima reunião executiva o assunto que o Max trouxe, vocês estão de acordo para debata o assunto na próxima Reunião Executiva? Se estiverem de acordo, só não levantar a mão, está aprovado, é isso? O GT que estamos falando é do Pode Entrar, O GT eu não tenho óbice nenhum, está de acordo. **Sr. Fátima:** Já pedimos três vezes. **Sr. Aginaldo:** Se todos concordarem fica então, a questão Maksuel, a questão da glosa dos movimentos, que do orçamento, trazendo a Secretaria de Finanças, quem é responsável. E na fala da companheira, destinando a porcentagem de recurso para cada modalidade. **Sr. Sidney:** Guigui, com todo respeito, a Presidência deste Conselho é minha, vou propor aqui as coisas, pode ficar tranquilo. O encaminhamento quem dá sou eu. **Sr. Aginaldo:** Eu o respeito como Presidente, o senhor tem que nos respeitar como conselheiro. **Sr. Sidney:** Estou respeitando e vou pedir para que a Secretaria do Conselho colocasse em pauta. Nós vamos colocar sim na Executiva, tem que colocar os itens, coloco, não tem problema, estou de acordo. **Sra. Vera:** Secretário, a questão que coloquei. **Sr. Sidney:** Você tem que me trazer. **Sra. Vera:** Vou mandar agora. **Sr. Sidney:** Deveria ter mandado já. Qual que é a sua reivindicação, Verinha? **Sra. Vera:** É o Ofício de 2009, que foram indicadas 150 famílias, que nós também fomos enganados, isso desde 2009, 150 famílias que foram despejadas na Marginal, não foram atendidas com o Auxílio-Aluguel, que foi um acordo, com a promessa, com documento, com ofício, com foto, tenho tudo aqui, vou imprimir, que iam ser atendidos na Ponte dos

Remédios. Isso desde 2009, Secretário. Tivemos reunião esta semana com a Kátia, com o pessoal da Casa Civil. E ficamos, ficamos rodando, rodando, famílias que morreram. Do mesmo jeito que as famílias do Maksuel estão na luta, que tem o documento, que ele faz a luta, tirou família e foi enganado, nós também fomos. Então nós estamos atendimento para essas 150 famílias. **Sr. Sidney:** Juliana, está no estudo vinculação o que ela está falando? **Sra. Juliana:** Chegou hoje de manhã e estamos providenciando a análise. **Sr. Sidney:** Dá tempo de preparar a análise para justificar para eles até a próxima reunião Executiva. **Sra. Juliana:** Quando é a próxima? **Sra. M^a Helena:** Dia 19. **Sra. Juliana:** Dá. **Sr. Sidney:** Se todos estiverem de acordo, coloco então o assunto da reivindicação da Verinha na pauta. Então, está aprovado. **Sra. M^a Helena:** Quero esclarecer assim, se você não me mandam via e-mail a pauta, colocamos a demanda da reunião anterior. Então, peço para vocês encaminharem, oficializarem por e-mail, que incluímos em pauta sim. **Sr. Sidney:** O Conselho, a experiência que vocês têm na pauta habitacional e moradia justifica todos estarem aqui, vocês foram eleitos democraticamente. E aí construímos, fazer através desse Conselho Municipal Habitação, construir pareceres, relatórios, participar, acompanhar, fiscalizar e verificar se a coisa realmente está andando, esse é o intuito. Eu como Presidente só conduzo, na verdade só dou a direção, mas quem na verdade estabelece são os próprios conselheiros, o debate aqui é amplo, é franco, é aberto. Então, sem problema nenhum, está colocado na pauta. **Nada mais havendo a tratar Senhor Sidney Nery encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Documento: [101857151](#) | Despacho deferido

6014.2023/0004665-2 - Regularização Fundiária: Certidão de Consulta Prévia

Interessados: MARIA DE LOURDES DE JESUS

DESPACHO: DEFERIDO

1 - Defiro o pedido de certidão nos termos da minuta 101857138;

2 - Publique-se e notifique-se;

3 - Encaminhe-se à SEHAB/DIA para entrega ao interessado da Certidão, pagas taxas devidas;

COORDENADORIA DE TRABALHO SOCIAL - CTS

Documento: [101436510](#) | Despacho Autorizatório

INTERESSADO: Secretaria de Habitação

ASSUNTO: Publicação de Indicação de Demanda para o Empreendimento SABESP II - Residencial Alvorada - Cond. V.

Considerando os elementos constantes nos autos, notadamente as justificativas e a indicação realizada pela Coordenadoria de Trabalho Social - CTS em doc. [101436984](#) que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO:

1. A inserção dos municípios abaixo descritos como demanda para o Empreendimento Sabesp II - Residencial Alvorada - Condomínio V, a título de atendimento habitacional definitivo, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;

Ordem	Iº Titular do cadastro	CPF
1	Acleste Dias de Souza Almeida	015.***.***.***
2	Angela Andrade da Silva	313.***.***.***
3	Érica Ramos da Costa	430.***.***.***
4	Rosvaldo Pereira Leite da Silva	304.***.***.***

2. A exclusão dos municípios acima descritos da lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, por atendimento habitacional definitivo.

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [102466464](#) | Despacho Autorizatório

SEI Nº: 6014.2024/0001255-5

Interessada: Samantha Ferreira Enriquez

Considerando as informações constantes nos autos, em especial a manifestação juntada em doc. 102303577, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO:

1. A nova inclusão em Auxílio Aluguel da munícipe Samantha Ferreira Enriquez, CPF nº 393.***.***.***, com fundamento no Art. 2º, inciso II da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB nº 131/2015;

2. A inclusão da munícipe descrita acima na lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta

Secretaria, com fundamento no Art. 14 § 4º do Decreto nº 61.282/2022;

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [102745024](#) | Despacho Autorizatório

SEI Nº 6014.2023/0005386-1

Interessado(a): Franciel Pereira da Silva, CPF: 040.***.***.***

Assunto- Nova inclusão auxílio aluguel

Considerando as informações constantes nos autos, em especial a manifestação juntada em doc. [102236282](#), [102483904](#) e 102394748, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO:

1. A nova inclusão do benefício do Auxílio Aluguel a(o) munícipe Franciel Pereira da Silva, CPF: 040.***.***.***, com fundamento no Art. 2º, II da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB nº 131/2015;

2. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN, para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

Documento: [102662857](#) | Despacho Autorizatório

O conteúdo da publicação deve ser inserido aqui.

SEI: 6014.2023/0001684-2

INTERESSADO: Edna de Oliveira Fagundes Santa Rita

Considerando as informações constantes nos autos, em especial a manifestação juntada em 102637371, [102636761](#) e [102662398](#), que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO:

1. A exclusão da munícipe Edna de Oliveira Fagundes Santa Rita CPF: 218.***.***.***, do benefício do Auxílio Aluguel, com fundamento no Art. 4º, inciso I, do Decreto nº 61.282/2022, por Duplo atendimento Habitacional.

2. A exclusão da munícipe Edna de Oliveira Fagundes Santa Rita CPF: 218.***.***.***, da lista da demanda por atendimento habitacional definitivo (Demanda Fechada) desta Secretaria, com fundamento no Art. 4º, inciso I, do Decreto nº 61.282/2022, por duplo atendimento habitacional.

3. A seguir, encaminhe-se para Coordenadoria de Trabalho Social - CTS com a finalidade de adoção das providências pertinentes e, na sequência, encaminhe-se os autos para o Departamento de Planejamento Habitacional - DEPLAN para que proceda aos registros pertinentes no sistema de informação.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Documento: [103471453](#) | Despacho Autorização

À

SEHAB / Gestão de Contratos

Sr. Diretor,

Observação: Por se tratar de Processo Físico n. 2011-0.358.978-0, o Despacho original encontra-se às (fls. [23.353](#)), e encontra-se digitalizado no Processo Sei [6014.2024/0000881-7](#), Doc. (Sei [103471360](#)).

ASSUNTO: Autorização para celebração do 12º Termo de Aditamento, para fazer constar: (i) Prorrogação do prazo de vigência contratual. (ii) Adoção do novo Cronograma Físico e Financeiro.

PROCESSO N. 2011-0.358.978-0

CONTRATO N. 028/2012-SEHAB

CONTRATADA: CONSORCIO ÁGUAS LIMPAS, CONSTITUÍDO PELAS EMPRESAS: PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S.A E PLANOVA INFRAESTRUTURA LTDA.

DESPACHO:

I - À vista das informações constantes neste processo administrativo, em especial a solicitação apresentada pelo sr. Engenheiro e Fiscal do contrato da Divisão de Gestão de Obras do Programa Mananciais, constante às (fls. [23.137 a 23.139](#)) e às (fls. [23.267 a 23.278](#)), ratificada pela sra. Secretária Executiva do Programa Mananciais às (fls. [23.140](#)) e às (fls. [23.279 a 23.282](#)).

II - Considerando a justificativa quanto ao aditamento proposto, para prorrogação do prazo de vigência contratual, apresenta pelo Consórcio Contratado às (fls. [23.104 a 23.110](#)) e às (fls. [23.207 a 23.213](#)), bem como, o Relatório de auditoria independente sobre procedimentos pré acordados, apresentado pela empresa SAX AUDITORES INDEPENDENTES, às (fls. [23.259 a 23.266](#)).

III - Considerando a informação apresentada pelo Consórcio Gerenciador Habita GJMC às (fls. [23.102](#)).

IV - Considerando o Parecer de SEHAB/AJ, constante às (fls. [23.198 a 23.205](#)).

V - No exercício das atribuições conferidas pelo Título de nomeação n. 205, de 04 de abril de 2024, bem como competência estabelecida por meio do Decreto n. 60.531, de 13.09.2021, publicada no DOC de 14.09.2021:

VI - AUTORIZO nos termos do artigo 57, inciso I e §2º da Lei Federal 8.666/1993, a celebração do 12º ADITAMENTO DO CONTRATO N. 028/2012-SEHAB, firmado com o CONSÓRCIO ÁGUAS LIMPAS", inscrito no CNPJ n. 17.121.585/0001-09, constituído pelas empresas: PLANOVA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ n. 47.383.971/0001-21 e PLANOVA INFRAESTRUTURA LTDA., inscrita no CNPJ n. 32.965.375/0001-82, que tem por objeto a "execução de obras do Programa de Saneamento, Proteção Ambiental e recuperação da qualidade das águas em áreas degradadas de Manancial Hídrico das Bacias Guarapiranga e Billings, Urbanização de Favelas e Regularização de Lotamentos Precários - LOTE 03, no âmbito da Coordenadoria de Habitação da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB, integrada pela Superintendência de Habitação Popular - HABI, pelo Programa Mananciais e pelo departamento de Regularização de Parcelamento do Solo - RESOLO", para fazer constar:

a) Prorrogação do prazo de vigência contratual, por 36 (trinta e seis) meses, a contar de 06.05.2024.

b) Adoção do novo cronograma Físico e Financeiro, constante às (fls. [23.112 a 23.115](#)) e às (fls. [23.214 a 23.258](#)), o qual passa a fazer parte integrante do contrato n. 028/2012-SEHAB.

c) As despesas decorrentes da contratação neste exercício onerarão as dotações orçamentárias n.:

86.14.16.482.3005.3355.44.90.5100.03.1.759.0709.0

98.14.16.482.3005.3355.44.9051.00.08.1.759.0402.0.

VII - Publique-se;

São Paulo, 30 de abril de 2024

MARIA TERESA CARDOSO FEDELI

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PROGRAMA MANANCAIS |SEHAB

VIII - Providencias Posteriores:

a) SEHAB/DAF/DGC para elaboração do 12º Termo de Aditamento e anotações necessárias.

b) SEHAB/DAF/DIA para publicação.

c) SEHAB/DAF/DIF e SEHAB/MANANCAIS - para demais providências.

DIVISÃO DE FINANÇAS

Documento: [103283121](#) | Despacho

PROCESSO SEI: 6014.2021/0003074-4

I - À vista dos elementos contidos no presente e nos termos da competência delegada, AUTORIZO a emissão de Nota de Reserva com Transferência, para a U.O 21.10, no valor de **R\$203,63** (duzentos e três reais e sessenta e três centavos), para o complemento do pagamento do valor de oferta para proposição da ação de desapropriação do lote necessário para a implantação do empreendimento Parque Sanfona e regularização fundiária - Contribuinte 170.117.0005-5, aprovado 35ª Reunião Ordinária do FUNDURB do dia 29/08/2023, onerando a dotação nº 98.14.16.482.3002.3354.44906100.08.1.759.0402.

II - PUBLIQUE-SE

III - SEHAB/DAF/DIF para emissão de respectiva Nota de Reserva com Transferência;

IV - PGM-DESAP, para demais providências.

São Paulo, 13 de maio de 2024

MILTON VIEIRA PINTO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SEHAB

Documento: [103281788](#) | Despacho

PROCESSO: 6014.2021/0003067-1